



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**JORNALISMO E POLÍTICA NA CAPITAL DO IMPÉRIO.
O CONTEXTO DE FRANCISCO DE PAULA BRITO**

TALITA VIEIRA BARROS

Rio de Janeiro
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**JORNALISMO E POLÍTICA NA CAPITAL DO IMPÉRIO.
O CONTEXTO DE FRANCISCO DE PAULA BRITO**

Monografia submetida à Banca de
Graduação como requisito para
obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

TALITA VIEIRA BARROS

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Rio de Janeiro
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

BARROS, Talita Vieira Barros.

Jornalismo e política na capital do Império. O contexto de Francisco de Paula Brito. Rio de Janeiro, 2009.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Eduardo Granja Coutinho

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Jornalismo e política na capital do Império. O contexto de Francisco de Paula Brito**, elaborada por Talita Vieira Barros.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Rio de Janeiro

2009

BARROS, Talita Vieira. **Jornalismo e política na capital do Império. O contexto de Francisco de Paula Brito**. Orientador: Eduardo Granja Coutinho. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Estudo da história do período imperial da cidade do Rio de Janeiro e dos agentes políticos e sua participação na imprensa regencial. Apresentação dos conceitos liberais que estavam em voga na época e como eles se relacionavam com a sociedade escravista. Mostrar que, naquele contexto, havia uma parcela considerável de negros livres que reivindicavam igualdade e, portanto, não queriam ser diferenciados pela cor. Outro aspecto da sociedade são os espaços de sociabilidade. Toda essa explicação para chegar a Francisco de Paula Brito e sua influência nos meios culturais e jornalísticos. A importância do tipógrafo para a imprensa brasileira. Para isso, foram realizadas pesquisas em livros, revistas, internet e jornais antigos.

DEDICATÓRIA

A monografia, além de ser um trabalho de final de curso, é o encerramento de um ciclo acadêmico que foi muito bom e importante. Durante o período em que fiquei na Universidade, aprendi muitas coisas em sala de aula, mas também fora dela. Nos corredores da ECO e em outros cantos da UFRJ – Praia Vermelha pude olhar através daquela estrutura técnica e filosófica, e enxergar Deus, uma realidade invisível e extremamente presente ao mesmo tempo. Paralelamente, ouvia as vozes que ensinavam Marx, Foucault, Freud, Deleuze, Nietzsche e tantos outros, e aquela que vinha pela brisa e pelo silêncio.

Como já disse, esse é o fechamento de um círculo, e meus pais também contribuíram de forma bastante relevante. Contribuição financeira, apoio e incentivo. Posso chamar de mecenato pós-moderno. Incluo neste grupo minha irmã e minha avó paterna. Pessoas queridas também são os meus tios, os primos e os amigos da vida, da faculdade e do Alfa e Ômega.

AGRADECIMENTOS

Fazer este trabalho foi uma tarefa árdua. Pesquisas, leituras e muitas conversas para delimitar o tema. Agradeço primeiramente ao meu orientador Eduardo Granja Coutinho pelo interesse, pela dedicação e pela paciência, afinal, foram três semestres até eu apresentar a monografia.

Agradeço também à professora Raquel Paiva. Ela me incentivou a terminar nesse semestre, já que quer me encontrar em outras situações que não em aulas para marcar e remarcar a entrega deste trabalho.

Os professores Ana Paula Goulart e Marco Morel foram muito amáveis ao me indicarem bibliografias interessantes. Outra pessoa que foi muito bom ter conhecido na ECO foi o doutorando Marco Roxo. Ele, mesmo me conhecendo apenas de algumas conversas na faculdade, me emprestou cinco livros. Eu estava com imensa dificuldade de encontrar dois dos livros emprestados. Os outros foram empréstimos muito valiosos que ele fez porque achou que me beneficiariam. E acertou. A essas pessoas, muito obrigada!

“Já que falamos de Sartre, continuemos nele. Uma noite, lá foi ele, com a Simone de Beauvoir de namorada, ao apartamento de um colega. Era o mesmo desprezo. Olhava para os presentes como quem diz: - “Que cretinos! Que imbecis!” Em dado momento vem a dona da casa oferecer-lhe uma tigelinha de jabuticabas. O Sartre pôs-se a comê-las. Mas, coisa curiosa. Ele as comia com certo tédio (não estava longe de achá-las também cretinas, também imbecis). Até que, na vigésima jabuticaba, para um momento e faz, com certa irritação, a pergunta: - “E os negros? Onde estão os negros?””. Nelson Rodrigues.

“Na tipografia da Rua do Ourives, número 21, onde foi iniciada a publicação de A Marmota na Corte. Segundo Joaquim Norberto, essa era uma das tipografias de Paula Brito, montada em sociedade com Teixeira e Sousa. Em breve tornou-se ponto de reunião de jovens literatos”. Eunice Gondim.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. HISTÓRIA POLÍTICA E GRÁFICA DO IMPÉRIO BRASILEIRO

2.1. Independência e abdicação: breve traçado

2.2. Regência e divisões políticas

2.3. Imprensa Regencial

2.3.1. *Ideias escancaradas*

2.3.2. *Uma briga por leitores*

3. NEGROS NO IMPÉRIO

3.1. Livres – Formação da cidadania [negra] brasileira

3.2. Escravos – Agentes sociais ou mercadorias?

4. ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

4.1. Maçonaria e outras sociedades

4.2. Um passeio literário pelo Centro do Rio

5. FRANCISO DE PAULA BRITO

5.1. Paula Brito e a arte tipográfica

5.2. O tipógrafo, a família e a Petalógica

5.3. Paula Brito, o Homem de Cor

6. CONCLUSÃO

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

8. ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

No início do século XIX, exatamente no ano de 1809, nasceu o tipógrafo, comerciante, jornalista, proprietário de jornais, poeta, escritor, editor, tradutor, teatrólogo, compositor, Francisco de Paula Brito, no Rio de Janeiro. Viveu até o ano de 1861. Situando essas datas dentro do contexto histórico brasileiro, o tipógrafo nasceu um ano após a chegada da família real portuguesa ao Brasil e morreu durante o Segundo Reinado. D. Pedro I e sua abdicação, as regências, o crescimento acentuado da imprensa brasileira com o fim da censura prévia, os conflitos e a grande movimentação de pessoas na cidade fluminense, fossem elas livres ou escravas; negras, brancas ou miscigenadas; exaltados, moderados ou restauradores, fizeram parte do contexto no qual Paula Brito viveu.

Além dessa situação geral, há o modo como Francisco de Paula Brito interagiu com todas essas coisas e pessoas de forma particular. De todas as suas atividades profissionais, havia também um ponto característico: Paula Brito era um mulato, praticamente autodidata, que foi para muitos autores o primeiro tipógrafo brasileiro. A presença de um mulato na imprensa pode ser percebida como uma exceção à regra de uma sociedade escravista, mas é importante ressaltar que havia muitos mulatos livres naquele contexto. Para mostrar a situação dessas pessoas, será feito um pequeno recorte nas ideias liberais do Brasil naquele momento e na dificuldade para aplicá-las. O tema é demasiadamente complexo, visto que, nas leituras realizadas, a vida dos negros brasileiros e africanos; livres e escravos no período em questão é um tema extenso e discordante até para os historiadores que tratam do assunto.

Paula Brito é ponto de referência para se entender um pouco mais da vida cultural do Rio de Janeiro imperial. Suas tipografias e sua casa estavam abertas aos seus amigos, ou para reuniões, ou para publicação dos escritos. Ele mesmo escreveu poemas, compôs lundus, e foi um dos precursores do conto no Brasil, segundo Barbosa Lima Sobrinho. De acordo com a pesquisadora Mônica Pimenta Velloso, o tipógrafo foi responsável pela edição de jornais e revistas populares. Exemplos disso são “O Limão de cheiro” (1833), considerado o primeiro jornal referente ao carnaval, “O capadócio” (1835) e “O carioca” (1833-34). O público feminino também foi alvo das edições de Paula Brito com a revista “A Mulher do Simpício” e publicações humorísticas como “A simpliciasinha” (1833) e “O simpício endiabrado” (1839). Neves e Ferreira ressaltam Paula Brito como um livreiro que possuía espaços privilegiados para a embrionária esfera pública literária do Rio de Janeiro.

Neste trabalho será retratado o período histórico no qual Paula Brito editou o jornal “O Homem de Cor ou o Mulato”, considerado o primeiro jornal da “imprensa negra” brasileira, que circulou no ano de 1833. No trabalho de pesquisa foi visto que não há um consenso quanto à autoria do jornal. O fato é que foi editado em uma das casas tipográficas de Paula Brito. Porém, Hélio Vianna expõe em seus escritos que talvez um político caramuru escrevesse o jornal. De todo modo, ele não descarta a participação do tipógrafo em algumas opiniões do periódico.

Quando as pesquisas sobre Francisco de Paula Brito foram iniciadas, a ideia era elaborar um projeto de final de curso que fizesse a relação entre a biografia do tipógrafo e sua atuação na política por meio do jornal “O Homem de Cor”. Porém, no decorrer da análise, a hipótese de que o jornal não fora totalmente escrito e pensado por Paula Brito foi levantada, o que gerou, então, uma pequena modificação na prioridade do trabalho. Apesar disso, uma avaliação deste jornal não será descartada.

O objetivo, então, será mostrar as redes de relações de Paula Brito, principalmente durante as regências, época de grande agitação política, com basicamente três grandes grupos: moderados, caramurus e exaltados. Era com este último que Paula Brito se identificava. Porém, além dessas redes políticas, existiam os laços de Paula Brito no cenário cultural fluminense. Sua tipografia era um local estratégico que reunia políticos, artistas e os novatos que eram iniciados no ‘mundo das letras’ por Paula Brito, como Joaquim Manuel de Macedo, Martins Pena, Casimiro de Abreu e Machado de Assis. Com algumas informações, será apresentada a forma como Paula Brito, por meio de sua atuação na imprensa e no convívio com diversos tipos de pessoas, interferiu de forma positiva na circulação de ideias.

Para a realização do trabalho, foram feitas pesquisas em diferentes fontes: além dos livros de história sobre o período regencial e a vida dos negros brasileiros naquele contexto, alguns artigos da internet e de revistas de história foram utilizados como fontes de pesquisa. O jornal “O Homem de Cor” foi conseguido no setor de periódicos raros da Biblioteca Nacional, que também foi local para a obtenção de outros dados a respeito do tema. Outras pesquisas foram feitas no Centro Cultural Banco do Brasil, CCBB.

A principal dificuldade foi encontrar informações sobre Paula Brito. Apesar de sua importância no cenário jornalístico brasileiro, a associação imediata e que quase sempre se faz é com Machado de Assis. Na maioria das vezes as pessoas nem o conhecem. Alguns autores escreveram sobre Paula Brito em capítulos específicos de seus livros, ou seja,

muitas informações sobre ele estão dispersas em diferentes trabalhos. A única biografia dedicada especificamente à vida de Paula Brito é o livro de Eunice Ribeiro Gondim, “Vida e obra de Francisco de Paula Brito”. O livro foi escrito em 1965 e trata, quase que exclusivamente, das tipografias de Paula Brito, e em menor escala da Petalógica, sociedade que funcionava em uma tipografia de Paula Brito e reunia literatos, políticos e desconhecidos. O grupo não tinha uma orientação político-ideológica. O objetivo era se encontrar, deixar as picuinhas partidárias de lado e contar causos.

Como Paula Brito foi o pioneiro [brasileiro] no ramo tipográfico, também será mostrado um pouco do que acrescentou à tipografia no Brasil. Para tratar de todas essas facetas de Paula Brito, o trabalho será dividido em quatro capítulos.

No segundo capítulo foram reunidas duas partes do trabalho que, em um primeiro momento, estavam separadas, mas, no correr das leituras, foi possível perceber que a política e a imprensa estavam interligadas no período regencial. Por isso, neste capítulo, haverá um pequeno traçado da independência e da abdicação para se tentar compreender o período regencial, quando ocorreram grandes manifestações, aqui tratando especificamente daquelas da cidade do Rio de Janeiro, e não das rebeliões regionais da Regência (Farroupilha, Cabanagem, Sabinada e Balaiada). Para explicar as agitações do centro do Rio de Janeiro imperial, serão apontados alguns locais marcantes para o contexto político vigente. O Campo de Santana é um deles. Na segunda parte do capítulo serão mostradas a efervescência da imprensa e as brigas e divergências políticas estampadas nos jornais.

O capítulo “Negros no império” mostrará um levantamento a respeito das ideias liberais entrando em um país marcadamente escravocrata e todas as dificuldades para a implantação da igualdade entre os brasileiros através de Constituição de 1824. Paralelamente, haverá um pequeno estudo sobre a atuação dos escravos como agentes que circulavam pelas cidades e possuíam, de certa forma, alguma autonomia.

O quarto capítulo é muito peculiar porque faz um apanhado de locais importantes no século XIX que reuniam políticos e literatos. Os locais de sociabilidade são estratégicos para explicar aquele contexto. A rua e seus encontros mostram bem a circulação das ideias. Um espaço que será mencionado com certo destaque é a Maçonaria, que poderá explicar o acolhimento de parte da elite negra do período. Esses dois capítulos servem, portanto, para contextualizar Paula Brito em sua época.

E, por fim, estará Francisco de Paula Brito. Primeiramente, haverá dados biográficos do autor, com informações sobre seu nascimento, laços familiares e seu início

no universo da leitura. Logo depois, serão apresentadas a experiência adquirida em tipografias e a abertura de seu próprio negócio. Neste capítulo será mostrado que, além de uma simples tipografia, Paula Brito tentou de diversas formas inovar e ampliar a venda de impressos. Enfim, um pouco da história do tipógrafo que vendeu livros e jornais, e reuniu amigos naquela que é hoje a Praça Tiradentes será contada. A política na vida do tipógrafo também será tratada neste capítulo. Para isso, haverá a análise do jornal “O Homem de Cor” e de um texto do Paula Brito e sua equívoca ligação ao partido dos caramurus. A Sociedade Petalógica terá um espaço de destaque.

Para abordar esses pontos alguns autores foram cruciais para esclarecer muitas coisas. Para saber um pouco mais de Paula Brito, como já foi dito, Eunice Gondim foi leitura fundamental. Os artigos de Hélio Vianna publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram de grande valia para obter mais informações sobre o próprio tipógrafo e também sobre a imprensa da época.

Marco Morel, além da contribuição na área de história da política, foi importante fonte para informações a respeito da Maçonaria e dos locais de sociabilidade vigentes.

2. HISTÓRIA POLÍTICA E GRÁFICA DO IMPÉRIO BRASILEIRO

A imprensa do período regencial era a porta-voz dos partidários políticos que não se preocupavam com a informação pura e simples. As brigas e divergências políticas eram estampadas nos jornais ao sabor da vontade dos homens de letras, que, naquele contexto, formavam a opinião pública. Portanto, como mostram os estudiosos do período regencial, a política estava ligada diretamente à imprensa.

Outro fator a ser ressaltado são as divisões ideológicas que estavam sendo montadas ainda na época em que D. Pedro I era o imperador do Brasil. Para isso, este capítulo faz um recuo histórico até o momento da formação da Constituição brasileira, quando já se nota o agravamento das diferenças. Logo depois, será mostrado com os periódicos expuseram em suas páginas as divergências políticas no período regencial.

2.1. Independência e abdicação: breve traçado

Em novembro de 22, já começa a declinar a popularidade do governo, o mesmo no entanto que ainda assistirá à instauração da Assembléia em maio de 23. De julho a novembro desse ano há um interlúdio de pacificação: o ministério é chefiado por José Joaquim Carneiro de Campos, futuro Marquês de Caravelas, tipo de conservador esclarecido e sereno, que exerce benéfica influência sobre D. Pedro. Com a dissolução da Constituinte reabre-se a reação policial e o Imperador envereda definitivamente por um caminho de erros e desastres: outorga uma Constituição, desobedece à mesma e sobretudo ao espírito da monarquia constitucional; manda julgar discricionariamente, isto é, matar os inconformados do Norte; governa muitas vezes ao sabor de caprichos e desmandos. (HOLANDA: 1976; 242).

Vários são os fatores que culminaram na abdicação do imperador D. Pedro I. O Brasil vivia uma dupla dependência: uma de ordem política, com os portugueses e outra econômica, com os ingleses.

Em 1822, o Brasil se torna independente, porém os laços com Portugal não são rompidos, porque a ex-colônia continua sob a égide da dinastia portuguesa por meio do herdeiro de D. João VI.

Quando, em 1823, uma Assembléia Constituinte foi convocada para elaborar a primeira constituição do país com princípios liberais que diminuam o poder moderador, D.

Pedro I a dissolveu. Os componentes dessa assembléia eram líderes brasileiros que, na época, correspondiam a senhores de escravos, e a letrados.

Quando em 1820, houve a Revolução do Porto em Portugal com um viés liberal para o país europeu e conservador para o Brasil, a elite brasileira, que estava a par das revoluções americana e francesa, começou a ficar apreensiva com a possibilidade de recolonização. Esse era um dos fatores que contribuíram para o atrito entre os brasileiros liberais e os portugueses e brasileiros pró-D. Pedro I. É importante frisar o fato de que as terminologias ‘brasileiros’ e ‘portugueses’ representavam mais interesses que nacionalidades.

Situação 1: os indivíduos ligados ao tráfico e ao comércio de escravos temiam perder seus pontos de abastecimento na África. Portanto, evitavam romper definitivamente com Portugal, preferindo manter D. Pedro I. eram rotulados de “portugueses”, ainda que brasileiros.

Situação 2: indivíduos que investiram na monocultura e no latifúndio escravista já haviam atentado para todas as vantagens de um rompimento definitivo com Portugal. Pretendiam criar um novo aparelho de governo, diferente daquele que D. Pedro I herdara do Período de D. João. Assim, ainda que portugueses de nascimento, eram rotulados de “brasileiros”. (FILHO: 1990; 12).

Uma nova Constituição é promulgada em 1824, na qual se estabelece, dentre outras coisas, o poder centralizado nas mãos do imperador, pessoa sagrada e inviolável. Nesta Constituição se estabeleceu que o Legislativo fosse delegado à Assembléia Geral, que possuía duas Câmaras: a dos Senadores e a dos Deputados. Apesar de haver uma eleição para o Senado, era o Imperador quem escolhia os representantes para o cargo, após a apresentação de uma lista com os nomes eleitos. O monarca escolhia a terça parte das listas. A partir de 1826, há o início de uma resistência a D. Pedro I no poder.

Em 1826 a Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil (Câmara dos Deputados) e o Senado começam a funcionar pela primeira vez, propiciando, assim, canais de expressão e participação política, que se estendem pela imprensa. O poder Legislativo torna-se interlocutor de peso para o monarca, que concentra os poderes Executivo e Moderador. Começa, pois, a despontar uma tensão, que se agravaria. (MOREL: 2003; 12).

Somado ao conflito político, havia o descontentamento dos comerciantes com a renovação, em 1827, do Tratado de Aliança e Amizade com a Inglaterra, que estabelecia

uma taxação menor para os produtos ingleses que entravam no Brasil. Para não desagradar, então, aos outros países e não parecer benefício apenas aos ingleses, D. Pedro I também diminui a taxação sobre os produtos dos outros países, que, outrora taxados em 24%, passam a ter o mesmo benefício que os ingleses, pagando uma taxa de 15%. Outro problema era a emissão desenfreada de dinheiro para cobrir os gastos do governo. Com isso, a inflação foi inevitável e os atritos entre comerciantes portugueses e a população também. Outro motivo para as rusgas com os portugueses era a participação maciça destes nos altos escalões do Exército. Acentuava-se, portanto, o antilusitanismo.

Os ingleses também já pressionavam o imperador pelo fim do tráfico de escravos, fato que gerava aborrecimento nos proprietários de escravos. Em 1824, o país já devia aos ingleses. A derrota na Guerra da Cisplatina gerou desgastes políticos, morais e econômicos.

As questões diplomáticas ganham maior repercussão nesse momento, com a entrada de marinheiros franceses nas terras do fazendeiro Manuel França, o Cavalão, em 1830. Segundo Morel, os franceses ofenderam o brasileiro e a oposição exigiu uma indenização. A partir daí, os navios franceses passaram a atracar no cais brasileiro com a bandeira azul, branca e vermelha, símbolo da revolução francesa. No mesmo ano, uma insurreição na França destrona Carlos X e o rei cidadão, Felipe de Orleans, é coroado, tornando-se assim referência de liberdade para o Brasil. (MOREL, 2003).

Entre os dias 11 e 14 de março de 1831, houve o episódio da Noite das Garrafadas, logo após a volta de D. Pedro I de uma viagem a Minas Gerais, onde havia sido recebido friamente. Quando chegou ao Rio de Janeiro, o monarca encontrou a cidade agitada por portugueses e brasileiros absolutistas que queriam homenageá-lo. Logo depois, “surgiram incidentes de rua, entre brasileiros e portugueses ou luso-brasileiros. Estes promoviam iluminações e fogueiras noturnas, enquanto os brasileiros procuravam destruí-las e apagá-las”. (WERNET: 1982; 23).

Logo depois, D. Pedro I decide nomear ministros brasileiros, numa tentativa de refrear as agitações que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro. Apesar disso, os motins continuaram a acontecer. Uma cerimônia realizada na Igreja de São Francisco de Paula para comemorar o sétimo aniversário da Constituição foi o estopim para outra crise no governo e a substituição dos brasileiros por portugueses no Ministério. Ao sair da igreja, o imperador foi saudado com “Viva D. Pedro II” e “Viva o imperador, enquanto Constitucional”.

Acuado por todos esses incidentes, D. Pedro I abdica. Do mesmo local em que “o povo da cidade do Rio de Janeiro, em 1822, aclamou o primeiro imperador do Brasil” (SILVA: 1997; 72), o monarca viu o “povo” e a “tropa” fazerem uma grande manifestação no Campo de Honra.

O campo minado era o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, sede das principais unidades militares, onde começou um ajuntamento de tropas e de civis. Nicolau Vergueiro, senador, dirigente maçom, abandonou as reuniões secretas e foi um dos que ganhou as ruas da cidade imperial, que se enchiam de gente ávida de cidadania, gente da “boa sociedade”, mas muitos anônimos também. O general Francisco de Lima e Silva, principal nome do esquema militar do imperador, aderiu à manifestação com seus subordinados e aliados. “Tropa” e “povo”, segundo as palavras da época, julgaram-se soberanos e empurraram o governante supremo contra a parede. Embora não fosse de todo imprevista, a situação precipitou-se. Isolado no palácio, D. Pedro I busca a fórmula da abdicação em nome do príncipe herdeiro, prevendo em seu lugar uma Regência que deveria ser, retomando as palavras de Constant, sábia e moderada em defesa da ordem, da monarquia e da dinastia. O calendário marcava 7 de abril de 1831. O Campo de Santana foi rebatizado de Campo de Honra, enquanto o agora ex-imperador desvencilhava-se da encruzilhada e zarpava com parte de sua família de volta à Europa. (MOREL: 2003; 19).

Nesse contexto, a ideia de nação transita entre os fundamentos liberais, que inspiravam e também dividiam os grupos políticos da época. A oposição a Dom Pedro I, por parte dos liberais moderados, não tinha o objetivo de instaurar uma revolução. Pelo contrário, a elite que participava desse grupo, desejava que seus cargos políticos fossem garantidos e que o governo tivesse uma base nacional.

Entre a elite e os escravos havia uma parcela considerável da população que não se encaixava nessas duas posições sociais. Eram eles caixeiros, balconistas, portuários, pequenos comerciantes, soldadesca da tropa de primeira linha, proprietários de escravos de aluguel, pequenos traficantes etc. A impossibilidade de serem votados era fator comum, mas foram atuantes em motins que ocorreram no Rio de Janeiro pré-regencial. O voto censitário, estabelecido pela Constituição de 1824, determinava aos eleitores de paróquia renda anual de 100 mil réis. Eles eram responsáveis pela eleição dos eleitores de província, que elegiam os deputados e os senadores. Para isso, a renda anual destes eleitores seria de 200 mil réis. Para os candidatos à Câmara, a renda anual exigida era de 400 mil réis e para o Senado, a soma tinha que ser de 800 mil réis por ano. Apenas alguns grupos que não faziam parte da elite do país conseguiam representar o país. Eram eles: “jornalistas, pequenos funcionários públicos, militares do médio escalão, pequenos comerciantes,

padres, professores das primeiras letras, professores de gramática latina, intelectuais, cirurgiões, estudantes e alguns artesãos enriquecidos”. (WERNET: 1982; 19).

Apesar do impedimento de participar ativamente da vida política da época, é inegável a importância, nesse contexto, da camada social sem renda para votar e ser votada.

A massa do povo, composta por pequenos lavradores, sitianteiros, artesãos pobres, caixeiros, marinheiros, soldados rasos, e a multidão dos desempregados, que eram chamados de vadios, procurou ter parte ativa na política, no período de emancipação política do país e no da regência, mas foi quase sempre instrumentalizada pelas diversas frações da classe dominante. (WERNET: 1982; 19).

2.2. Regências e divisões políticas

Com a saída do monarca, o Poder se viu esvaziado, literalmente. Havia, cabe ressaltar, divergências a respeito dos rumos do país. Moderados e exaltados, segundo Wernet (1982), já eram definições anteriores à abdicação. O primeiro grupo queria manter a Constituição e o outro propunha uma reforma que permitisse a adoção do Federalismo. A Câmara dos Deputados era composta, em sua maioria, por moderados, que eram mal vistos no Rio de Janeiro pelos exaltados. Os moderados fluminenses fizeram um pacto temporário com seus opositores, exaltados e restauradores, para mantê-los ordeiros e buscavam, ao mesmo tempo, uma base de sustentação com a classe dominante de São Paulo, de Minas Gerais e do próprio Rio de Janeiro.

Para decidir quem seriam os novos representantes do Brasil após a abdicação, foi convocada uma reunião extraordinária, que contou com poucos deputados e senadores por causa do recesso legislativo, na qual ficou decidido que “Francisco de Lima e Silva, representante da “tropa”, Carneiro de Campos, representando a “tradição”, e Nicolau Pereira, representando a “revolução” comporiam a regência Trina Provisória”. (FILHO: 1990; 17). Estes ficaram apenas 60 dias no poder e tomaram algumas medidas, entre elas, a decretação de anistia a todos os presos por crime político até aquela data, a realocação dos ministros brasileiros exonerados a 5 de abril e a proibição de ajuntamentos públicos na capital (para cercear a agitação popular) com a formação das milícias civis, as Guardas Municipais. Segundo Filho (1990), essa milícia poderia agir contra qualquer um que se levantasse contra o governo, inclusive contra membros de primeira linha do Exército que

muitas vezes aderiam aos levantes populares. Estas medidas e a reforma constitucional eram previstas pela Lei de Regência de 14 de junho de 1831. A limitação do poder dos regentes através da proibição a estes de decretar estado de sítio, de ratificar tratados, de declarar guerra e de dissolver as assembléias também fazia parte do pacote de mudanças. Há, então, um fortalecimento do Legislativo, que passou a aprovar ou reprovar ministros. Filho (1990) lembra que esta foi a primeira vez no Brasil que houve um regime parlamentar, porém o acesso das camadas mais pobres ao poder continuava restrito.

Após essas mudanças e outras reuniões ficara decidido que Francisco de Lima e Silva continuaria na regência com os deputados José da Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre) e José Bráulio Muniz, que compuseram a Regência Trina Permanente. A continuação do brigadeiro na regência era para evitar levantes na cidade do Rio de Janeiro. Esta regência gerou conflitos, como o levante de 12 de julho de 1831.

A eleição da Regência Trina Permanente no dia 17 de junho de 1831 aumentou ainda mais o desentendimento e a tensão entre os exaltados, representantes das forças populares e os moderados, representantes da classe rural. [...] A eleição era mais uma vitória dos moderados que gozavam agora de uma posição excelente na luta pelo controle do poder político, podendo, inclusive, por fim à fase do conagração político, dispensando a colaboração dos liberais exaltados e também do grupo dos Andradas. (WERNET: 1982; 31).

Nesse contexto começa a ganhar maior influência no cenário político brasileiro o padre Diogo Antônio Feijó, ministro da Justiça. O 26º Batalhão de Infantaria, no morro de São Bento, rebelou-se, gerando uma série de conflitos posteriores.

A insatisfação está espalhada. Desde o dia 13 de julho o Corpo de Polícia realizava manifestações de solidariedade aos sediciosos e, no dia 14, tomava uma posição de franca revolta no Campo de Honra – Campo de Santana. Juntam-se elementos civis, grupos de populares e muitos partidários dos exaltados. Ao cair da tarde do mesmo dia quase toda a guarnição da Corte vem agregar-se ao Corpo de Polícia. Só uns poucos corpos conservam-se fiéis ao Governo. Nesse dia a Guarda Municipal sentiu-se incapaz de fazer frente à revolta e recolhe-se aos quartéis, deixando a cidade sem polícia. (WERNET: 1982; 33).

As exigências dos manifestantes eram: a realização de uma Assembléia Constituinte, a deportação de quase cem cidadãos e até a exoneração do padre Feijó. Este, por sua vez, exige da Câmara plenos poderes.

O ato, porém, foi esvaziado sem a ajuda das tropas de São Paulo e Minas Gerais, que já estavam preparadas para intervir. Wernet (1982) mostra que as tropas de primeira linha obedeceram ao Comandante General, enfraquecendo, portanto, o movimento. Em reunião, a 18 de agosto de 1831, foi instituída a Guarda Nacional Permanente para rondas diurnas e noturnas: “uma força paramilitar, constituída por cidadãos em armas, milícia cidadã, foi recrutada entre os cidadãos com renda anual superior a 200.000 réis, nas grandes cidades, e 100.000 réis, nas demais regiões do país”. (WERNET: 1982; 35). Por outro lado, Feijó determinou a diminuição das tropas do Exército, que passou a contar, em todo o país, com apenas 10 mil homens.

A turbulência ainda não havia se afastado daquele contexto. No dia 28 de setembro de 1831, no Teatro São Pedro, no Rio de Janeiro, houve um confronto entre os homens do governo e os exaltados, que costumavam se reunir no Teatro, um espaço de sociabilidade naquela conjuntura.

O primeiro incidente, depois do mês de julho, deu-se a 28 de setembro de 1831. No Teatro de São Pedro no Rio de Janeiro, ponto de reunião habitual dos exaltados, o juiz de paz deu ordem de prisão contra dois oficiais que haviam brigado e provocado um tumulto. O major Miguel de Frias, juntamente com um grupo de moços de chapéu de palha, interveio para impedir a prisão. Por ordem do juiz de paz, a Guarda Nacional fez evacuar o teatro, usando de excessiva violência. Feijó fez prender os oficiais envolvidos, e com eles o major Miguel de Frias¹. O fato iria ter repercussões, uma vez que estava ainda na lembrança de todos o papel do major Miguel de Frias, galopando entre o Campo de Santana e São Cristóvão, como emissário do povo e do Exército junto ao Imperador, na madrugada de 7 de abril. (WERNET: 1982; 37).

No ano de 1831 ainda houve outro conflito. Desta vez, o protesto veio do Corpo de Artilharia da Marinha, aquartelado na Ilha das Cobras, sob o comando de Cipriano Barata,

¹ Foi a ele que D. Pedro I entregou a carta de abdicação. Segundo Filho (1990), o major Miguel de Frias e Vasconcelos era muito ligado aos setores mais liberais.

que havia sido preso na Bahia e transferido para o Rio de Janeiro. O confronto ocorreu no mês de outubro e como resultado teve “a substituição de José Manuel de Almeida do cargo de Ministro da Marinha, por Joaquim José Rodrigues Torres”. (WERNET: 1982; 37).

Outro motim aconteceu a 2 de abril de 1831 e foi encabeçado pelos revoltosos presos nos conflitos de setembro do mesmo ano. Das fortalezas de Villegaignon e Santa Cruz e sob o comando do major Miguel de Frias, os revoltosos desembarcaram na praia de Botafogo, como descreve Wernet:

Dividindo-se pelas diversas ruas chegaram até o Campo de Santana, onde em número de mais ou menos 200, fizeram frente ao quartel. Ali lançaram um manifesto, declarando deposto o governo e nomeando outros regentes, Antônio Carlos, Pedro Maynard e Paes de Andrade. O Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, mandou o Corpo dos Permanentes, comandado pelo major Luiz Alves de Lima e Silva, além de uma coluna de infantaria e outra de cavalaria, ao encontro dos atacantes. Os revoltosos, rodeados pelas duas colunas governistas, fugiram [...]. Foram feitas muitas prisões e cerca de 90 rebeldes renderam-se. Dez foram mortos na ação e muitos ficaram feridos. O major Miguel de Frias conseguiu fugir para os Estados Unidos da América do Norte. (WERNET: 1982; 38).

E antes das reformas da Constituição em 1832, houve um ataque ao governo a 17 de abril iniciado na Quinta da Boa Vista. No entanto, logo foi controlado no Rocío Pequeno pelo Corpo dos Permanentes e Guarda Nacional.

2.3. Imprensa Regencial

Após a independência, a necessidade de construir uma nação encaminhava as disputas políticas, principalmente no Rio de Janeiro, capital do império. Exaltados, moderados e restauradores utilizavam amplamente os jornais, que não tinham a preocupação com a informação e com a objetividade. A panfletagem e a difamação dos rivais ditavam o ritmo dos jornais, e muitos deles surgiram apenas para criticar os opositores, tendo, por isso, uma vida muito curta.

2.3.1. Ideias escancaradas

“Atuar no ‘teatro do jornalismo’ era o caminho para a atuação no teatro político”.

(LIMA: 2003; 39).

Um exemplo clássico deste período que expôs as rugas entre os homens da imprensa foi o caso do redator do jornal “Brasil Aflito”, Clemente José de Oliveira, assassinado por Carlos Miguel de Lima, filho do regente Francisco de Lima e Silva. No jornal “O Homem de Cor”, a morte dele é lembrada com grande revolta. O redator chega a pedir vingança pela morte de Clemente.

O Sr. José Clemente de Oliveira do Brasil Aflito jaz hoje no sono eterno, vítima do assassino Carlos Miguel de Lima, filho do ex-regente Lima; a dor que nos acompanha, a imoralidade com que as folhas desfiguram um crime da mais severa punição [...] o escândalo com que o mesmo se conserva em o quartel do Campo de S. Anna, o boato que corre de que o jovem de honra do R. da Aurora, vai para a França formar-se na arte de assassinar, tudo nos obriga a bradar justiça. E se o pobre desvalido sofre o rigor das leis, ao passo, que o poderoso escarnece quase maquinalmente gritamos vingança. Sim, na capital do Império em face da Assembléia Geral, do Governo e dos Tribunais ficará impune o assassinio cometido por Carlos Miguel de Lima, o déspota Feijó mandaria lançar no livro da posteridade o nome deste sanguinário, mas trema a facção moderada se um dia o Povo acorda do letargo e toma contas de tantas atrocidades, tremam todos os tiranos que a vítima da liberdade será vingada, e os infames ceifados pela espada justiceira da opinião pública. (ANEXO 1, P. X).

Em seu jornal, Clemente atacava os políticos que estavam no Poder, a grande maioria moderados. Um de seus alvos era o regente e sua família. Essa intriga, que começou na imprensa e acabou em morte, serviu para o naturalista inglês, Charles James Foz Bunbury, que estava de passagem pelo Rio, questionar a amplitude da liberdade da imprensa brasileira.

Um incidente ocorrido quando estava no Rio e que teve ruidosa repercussão, ilustrará as restrições práticas à liberdade ou libertinagem de imprensa. O redator de um dos jornais inferiores, homem de caráter notoriamente mau, tinha publicado uma série de calúnias atrozes contra o regente Lima e sua família, acusando-os de incesto e vários outros crimes. O filho do regente, oficial da Guarda, indo um dia pela rua, avistou o tal redator, imediatamente apressou-se em ir para casa buscar a

sua espada; voltou, então, e encontrado o redator na loja onde anteriormente o tinha avistado, puxou a espada e o derrubou. (apud VIANNA, 1943; 57).

Aliás, o naturalista esteve atento não só a esse episódio drástico da imprensa brasileira da época, mas também à volumosa quantidade de títulos de jornais que surgiam e desapareciam. Jornais que nasciam apenas para atacar os adversários, sem nenhum conteúdo informativo.

A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição e, praticamente, é apenas cerceada pela liberdade da faca, a qual (apesar de não ser reconhecida pela Constituição), existe, assim mesmo, de maneira muito considerável. Ao tempo em que os viajantes bávaros Spix e Martius visitaram o Brasil (1817-1820), existiam apenas dois jornais em todo o império; agora, só no Rio, são publicados doze ou quatorze. Seu número, dizem-me, varia sempre, quase toda a semana algum novo órgão de partido, cheio de ódio, aparece, para morrer de morte natural depois de uma existência de algumas semanas ou meses. A maior parte contém mais injúrias pessoais e impropérios do que informação ou discussões instrutivas sobre princípios políticos. (apud VIANNA: 1943; 20).

O jornal “O Homem de Cor”, como outros da época, tinha um tom panfletário. Vianna (1943), em seu texto “A pequena imprensa da Regência Trina Permanente”, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ressalta que a imprensa era o palco dos debates políticos e que neste período o tom era de insulto e da falta de respeito. Essa postura não foi adotada apenas pela oposição, mas o governo também a utilizava. Azevedo, aliás, mostra que no Primeiro Reinado o tom ácido do governo promoveu a fúria dos opositores.

Diversas coisas explicam o descomedimento da imprensa dessa época; era o governo considerado regressista, que estava sem prestígio; irritado contra os insultos da oposição, mostrava-se violento na imprensa; em vez de aplicar com sabedoria e tino a imprensa para dirigir a opinião pública e promover o adiantamento cultural do povo, servia-se dela para ferir os seus contrários e perde-los no conceito público. Julgando comprometidos os princípios democráticos, e corrompido o governo, se exaltava a oposição, e tudo isso explica a aparição desses periódicos, insultuosos, lembrando represálias, excitando o patriotismo e tratando de aumentar o ardor, a luta dos partidos, luta que mui breve devia trazer grande mudança à política do país. (apud VIANNA, 1943; 18).

Um outro caso que repercutiu nos jornais foi o episódio dos tiros no Teatro de São Pedro no ano de 1831. Um dos personagens mencionados com certo destaque pela historiografia é o major Miguel de Frias. Este, segundo Saturnino de Souza e Oliveira, que respondeu às acusações da oposição no jornal “Aurora Fluminense”, disse que Frias tomou um preso e que responderia por este.

Eu prendi não a um, mas a ambos os oficiais, ambos entreguei à patrulha da cavalaria das Guardas Municipais, e depois ao Comandante da guarda do Teatro, e porque os anarquistas arrancaram à força um deles (Antônio Caetano) gritando em roda de mim que não iria preso. Paiva evadiu-se e foi entregar-se a minha ordem na Guarda principal, para aonde eu ordenara à patrulha que o conduzisse, declarando, outrossim, ao comandante daquela Guarda que eu o prendera, como este pode atestar. Foi isso tão público que os redatores do Tempo não o podiam ignorar [...]. Diz ainda –outro oficial então o conduziu – aqui ocultou o Tempo que o preso me fora arrancado por um grupo de amotinadores, depois de eu o haver entregue ao tenente-comandante do Teatro, o qual me representando que não devia sair da guarda; para evitar o motim, lhe respondi que fosse, visto ser mui próximo o lugar de seu destino, e que eu responderia por esta falta. Então, os anarquistas, vendo destruídos todos os pretextos para a inexecução das ordens, à força tomaram o preso, e o levam em triunfo para a plateia, ocultou mais o Tempo que ali Antônio Caetano rompeu em exclamações contra mim chamando os brasileiros à vingança, que tendo feito suas exclamações, saiu para o saguão, aonde de novo ordenei ao mesmo comandante da Guarda do Teatro que o conduzisse para a principal, e que nessa ocasião, depois de muitos insultos e alterações o major Miguel de Frias me disse que não era preciso que o preso fosse para a principal, que ele o afiançava e me responderia por ele, e tomando-o pelo braço o levou do saguão. Calou o Tempo que este major de sobrecasaca, e chapéu de palha, e em trajes que não era de certo próprio para tomar o apreendido ao comandante, foi um paisano, que ajudado de outros, e com ameaças, e terrores tirou um preso da justiça².

2.3.2. *Uma briga por leitores*

A imprensa do século XIX teve seu auge, seja em quantidade de periódicos, seja em acirramento dos debates políticos, na década de 30. Apesar de o fim da censura Prévia ter acontecido em 1821, a propagação de jornais na capital fluminense se deu em maior quantidade a partir de 1831, logo depois da abdicação de D. Pedro I. Segundo Lima

² OLIVEIRA. S.S. Discurso publicado *In*: Aurora Fluminense, de 10/10/1831. nº 54.

(2001), em 1830, havia no Rio de Janeiro 12 títulos de jornais. Em 1831, esse número cresceu para 45. No ano seguinte houve um decréscimo, ficando em 36 títulos. E o auge foi em 1833, quando 51 periódicos circulavam na capital.

Nesse contexto, Morel ressalta a importância que o conceito de opinião pública, ‘a rainha do mundo’, neste contexto está relacionado ao jornalista, o panfletário dos novos tempos. (2003: 31). Com a abdicação e a ocupação do poder público por uma regência sem grande apelo popular, houve uma verdadeira explosão da palavra pública. Para o autor (2003), a opinião pública saiu das vozes da rua, dos gestos para a figura do homem de imprensa.

Os jornais tornaram-se porta-vozes dessa opinião e muitas vezes quiseram educar a população a respeito dos rumos a serem seguidos no país. Morel (2003), inclusive, ressalta que, na época, os jornais buscavam dois tipos de público: o ‘ativo’ e o ‘passivo’.

O que subsiste, no fundo, é a questão da patronagem, do mecenato. São muitos os exemplos dessas tentativas de formação de um público homogêneo composto pelas elites culturais, econômicas e políticas. Dessas proposições, emerge o perfil de um público – se não o existente, pelo menos o desejado: espelho de uma identidade ao mesmo tempo cultural, social e política. Um público ilustrado e poderoso, integrado por sábios, homens instruídos, lado a lado com ricos proprietários – isto é, um conjunto de cidadãos e leitores ativos. Todavia, tais alianças não ficavam apenas na imaginação: muitas vezes se concretizavam. Basta constatar o crescimento da imprensa periódica no Rio de Janeiro no período estudado. Os veículos impressos podiam se constituir num elemento de coesão dos integrantes da “república das Letras” entre si e destes com setores do poder político e econômico.

Em outro sentido, o público aqui chamado de passivo (o que não quer dizer que ele não criava movimentos sociais e políticos, muito pelo contrário) situava-se fora das fronteiras da “República das Letras” e dos grupos de poder. Era, no fundo, um público mais facilmente idealizado. Não mais o espelho de uma identidade, mas uma miragem a pairar sobre um terreno movediço. Era um público considerado rude, iletrado, pobre, sem instrução; enfim, miserável. Justamente por tais motivos deveria ser o alvo (ou – por que não dizer – o objeto) dos esforços culturais daquele que não pretendiam escrever apenas para seus pares. (MOREL: 2003; 39 e 40).

3. NEGROS NO IMPÉRIO

O Brasil estava em construção e era já muito diferente daquela velha e ultrapassada dicotomia entre senhores e escravos. Havia uma população ativa nesse período da história brasileira que trabalhava nas cidades e que atuou na política brasileira, mesmo com a maioria sendo conduzida pelos braços das lideranças políticas vigentes.

A vida na cidade do Rio de Janeiro imperial era intensa. Desde a vinda da Corte para o Brasil em 1808, os ares do além-mar, com a famosa e importante abertura dos Portos, foram trazidos para a então capital brasileira. Como mencionou Holanda (1976), o país recebera em uma década o que lhe foi negado em três séculos. Bancos, escolas, museus, livraria, tudo inundou o Rio de Janeiro. Houve, inclusive, a formação de uma classe média formada por franceses, espanhóis, escoceses, irlandeses, que trouxeram ofícios outrora desconhecidos e que deram um ar cosmopolita à cidade fluminense.

As alforrias, a miscigenação, as leis que libertaram os escravos antes de 1888, as ideias liberais e os espaços de sociabilidade puderam ‘garantir’ que pardos e mulatos despontassem nos cenários jornalístico e político. Não, porém, sem desavenças, já que a constituição de 1824 considerava pardos, ingênuos ou libertos cidadãos, algo que não era aceito por alguns políticos da época e que era motivo de conflitos. Os pardos, então, não queriam ser enxergados sob o viés étnico, que, para muitos deles, era uma justificativa dos brancos para marcar a diferença e, assim, privar os pardos da vida política, como se é visto no jornal “O Homem de Cor”. Esse questionamento marcou o que se chama hoje de ‘o início da imprensa negra’. Neste trabalho será feito um recorte em algumas formas de atuação dos homens negros livres e escravos na sociedade da época.

3.1. Livres – Formação da cidadania [negra] brasileira

Apesar de a escravidão ser abolida apenas no final do século XIX, uma parcela considerável de africanos já estava livre durante o império brasileiro. Eles poderiam ser forros, ou terem algum compadrio, ou ainda terem nascidos livres (ingênuos), beneficiados por leis como a do Ventre Livre, em 1871, a de Eusébio de Queirós, em 1850 e a de Feijó,

que já previa o fim do tráfico transatlântico em 1831 e que considerava livres todos os africanos introduzidos no Brasil a partir daquela data.

De acordo com Silvia Capanema, “pesquisas recentes apontam que apenas 5% do total da população negra ou parda do país era escrava às vésperas da extinção da escravidão”³.

Em um contexto mundial influenciado por questões liberais, no Brasil, essas ideias foram implantadas através da Constituição de 1824. Possuir uma constituição fundamentada em conceitos liberais significava, naquele momento, ter que gerenciar uma sociedade heterogênea, que possuía uma complexidade em termos de convivência entre brancos, negros e pardos; livres e escravos, fato que, de certo modo, influenciava as posições políticas daquele conturbado momento. E, após 1824, por lei, todos, desde que livres, eram considerados cidadãos brasileiros. Os conflitos foram inevitáveis.

O Brasil, portanto, vivia uma incoerência, pois estava baseado no liberalismo, mas mantinha a escravidão. No século XVIII, as ideias liberais ainda conviviam com o pensamento escravocrata do Antigo Regime.

Aliás, essa era uma contradição por causa do momento de mudanças que estavam ocorrendo na nova forma de viver, já que a liberdade e a igualdade eram conceitos novos, quando se queria aplicá-los aos mais variados grupos. Engemann (2005) mostra que “não é necessário falarmos na escravidão para escancarar que a desigualdade e a falta de liberdade não eram estranhas às relações sociais do Antigo Regime e anteriores. Nunca fomos livres, nem iguais”. (ENGEMANN: 2005; 173). Por esse pensamento de desigualdade estar tão arraigado na mentalidade da época, Hebe Maria Mattos mostra como outras sociedades, além do Brasil, viviam esse momento ‘liberal’. Ela cita como exemplo os Estados Unidos:

Antes da experiência brasileira, entretanto, no processo de independência dos Estados Unidos, quando pela primeira vez a noção de cidadania foi definida em termos práticos, na esteira das revoluções liberais, também ali ela se fez estreitamente relacionada com a temática da escravidão, na medida em que eram proprietários escravistas todos os principais líderes da Revolução Americana, de George Washington a Thomas Jefferson. (MATTOS: 2004; 8).

Nesse embate conceitual, as relações entre os brancos, negros e pardos são vistas não mais pelo viés religioso, e a questão raça é a contrapartida à generalização da teoria

³ ALMEIDA. S.C.P. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/somos_ou_nao_somos_racistas_imprimir.html. Acesso em: 24/03/09

que promove a igualdade entre os homens. No período colonial, a estratificação social era obra divina. A pureza de sangue garantia os altos cargos a grupos seletos da sociedade, ou seja, os brancos eram as pessoas que se beneficiavam dos privilégios da nobreza. Os outros possuíam o que os portugueses chamavam de ‘defeito de sangue’. Essas práticas de Portugal foram introduzidas na colônia.

As outras classes sociais, desde que aceitassem a fé cristã, eram súditas do rei e deveriam servi-lo. Mattos argumenta que qualquer pessoa que não tivesse aceitado a fé católica poderia ser considerada escrava e, portanto, o fato de ser índio ou africano por si só não os fazia passíveis de serem escravizados, mas sim “o fato de serem bárbaros e ateus” (MATTOS: 2004; 15). A pureza de sangue não justificava a escravidão, mas servia para garantir a honra da nobreza.

Azevedo afirma que “o Estado português, auxiliado pela Igreja católica, constituirá ao longo dos séculos de colonização uma sociedade escravista cujos segmentos livres da população organizavam-se em termos de uma hierarquia racial pública”⁴. Esta ressalta os ‘defeitos de cor’, que justificavam restrições aos pardos e mulatos nos cargos públicos, e que aqueles que conseguiam “‘passar’ para as esferas públicas dominantes, estavam ‘embranquecidos’ para todos os efeitos legais”.

Raminelli, porém, afirma que Portugal adaptou as hierarquias sociais para a realidade brasileira. Ao explicar a origem da desigualdade no Brasil colonial por causa da busca por privilégios, o autor diz que em Portugal era muito difícil alguém que fosse de uma ‘raça infecta’, mesmo sendo leal ao rei, beneficiar-se de honras e imunidades. No Brasil, devido à mestiçagem, ficava muito difícil seguir à risca o modelo português. Muitos conseguiram acumular riquezas sem as benesses da monarquia. Então, esses ‘nobres da terra’, puderam contribuir para a conservação do império colonial.

Os ‘nobres da terra’ ocupavam posições de destaque nas câmaras municipais e cargos militares, controlavam as alfândegas, os recursos e o patrimônio administrado pelas Santas Casas da Misericórdia [...] A monarquia perdoava seus defeitos para reforçar alianças com aqueles súditos poderosos, radicados em territórios remotos, disputados por outras potências européias. Bom exemplo foi o do filho bastardo do governador do Maranhão, o mameluco Bento Maciel Parente. Ele lutou contra os holandeses e foi agraciado pelo rei com o título de cavaleiro da Ordem de Cristo. Sua participação na guerra foi tão relevante que o

⁴ AZEVEDO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n24/a13v1124.pdf>. Acesso em 10/04/2009.

monarca concedeu-lhe não só o título, mas também o perdão pelos seus defeitos (bastardia e ‘sangue infecto’)⁵.

Lima ressalta outros locais que foram usados pelos mulatos como possibilidade de ascensão social após a Independência. Foram eles: na força militar, no funcionalismo público e na própria Igreja.

O mulato também aparece como personagem vitorioso na saga da nova nação, ocupando o espaço da atuação militar. Evocando a História do Quarto Batalhão⁶, todo composto por homens de cor, que defendera o imperador face à infidelidade possível dos primeiros regimentos, o redator afirmou que os mulatos seriam soldados bravos, fortes, honrados, acima de suspeitas, que “fizeram pois a guerra da Independência, libertaram sua Pátria na esperança que, restituídos aos foros de homens, pudessem pretender mais alguma coisa, que não fosse alfaiate, carpinteiro ou pedreiro”. [...]

Após a Independência, passando a partir de então a serem nomeados oficiais, a opção da carreira militar parecia ser o caminho de uma participação ativa, de um reconhecimento social para os mulatos. A carreira militar, bem como a igreja e a burocracia civil, era ainda a alternativa de prestígio num momento que parecia apontar, por outro lado, para os novos princípios liberais. Os lugares de tradição eram deslocados ou, de certa forma, reocupados. O acesso aos cargos militares, aos empregos públicos (designados à época simplesmente como “empregos”) e a categorias de nobreza associadas constituía para o redator o acesso à identidade e mesmo à humanidade. De acordo com a memória que ele procurava construir, após 1822 “viu-se pela primeira vez uma promoção de mulatos para oficiais de linha [...]; nomearam-se Presidentes e Secretários mulatos: fora, dignitários, Oficiais e Cavaleiros da nova ordem do Cruzeiro e de outras, assim o mulato teve de crer que já homem”. (LIMA: 2006; 306 e 307).

Mattos e Azevedo chamam a atenção para a importância da supressão da marca da cor, logo após aquele momento apontado por Lima, para a participação na vida pública brasileira. E isto pelos próprios pardos livres. Mattos e Azevedo não negam a participação dos negros livres em altos cargos, mas mostram que havia preconceito com a cor.

Esta igualdade entre os cidadãos livres reivindicada pelas populações livres de ‘cor’ implicava, portanto e antes de mais nada, o silenciamento sobre a própria cor, que permanecia como marca de discriminação herdada do Império Português. (MATTOS: 2004; 22).

⁵ RAMINELLI, Ronald. **O mal e suas raízes** In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3; nº 37. outubro de 2008.

⁶ Batalhão que o avô materno de Francisco de Paula Brito havia comandado.

Diante dessas denúncias relativas aos atos políticos racistas dos "brancos" moderados recém-chegados ao poder de Estado, é interessante examinar a proposição acima de O Homem de Cor: união de exaltados e brancos não moderados em favor de uma Constituição monárquica cega às "cores" de seus cidadãos e, portanto, a qualquer hierarquia pública de raças ⁷.

Em uma época de princípios liberais, a manutenção dos privilégios de alguns grupos foi mantida pela constituição de 1824, através do voto censitário, que cerceava a participação dos negros 'não ingênuos', ou seja, daqueles nascidos escravos e que, posteriormente, foram alforriados. Já os ingênuos tinham o direito de ser votado deputado, desde que possuíssem renda superior a quatrocentos mil réis.

As teorias raciais surgiram dentro do contexto que remete ao final do período colonial brasileiro, com os europeus e os norte-americanos. O conceito 'pardo' era para se referir aos livres, porém não sem polêmicas. Essa conceituação era para diferenciar de 'negro', palavra que remetia imediatamente à condição de escravo. Este era um estigma, assim como a denominação 'cristão novo', que indicava a ascendência judaica dos recém-convertidos.

A ideia de raça servia ao modelo liberal como impedimento ao pleno gozo dos direitos civis defendidos pela Constituição de 1824, pois caso fosse confundido com um escravo fugido, os negros livres poderiam passar por uma série de constrangimentos.

É importante observar, porém, que todas as discussões, as reivindicações por igualdade desse período dizem respeito aos homens livres, ou seja, grande parte dos pardos livres ainda não questionava a escravidão. Pelo contrário, muitos eram proprietários de escravos.

Segundo estimativas da época, no final do período colonial, o Brasil contava com cerca de 3.500.000 habitantes, dos quais 40% eram escravos. Dos restantes, 6% eram índios aldeados e os demais equanimemente classificados metade como "brancos", metade como "pardos". Já na década de 1780, os homens livres classificados como pardos eram estimados em cerca de 1/3 da população, grande parte deles sendo possuidores de escravos. (MATTOS: 2004; 16).

A discriminação herdada do império português queria manter uma diferenciação entre os livres, que foi combatida fortemente no jornal "O Homem de Cor". Nessa época,

⁷ AZEVEDO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n24/a13v1124.pdf>. Acesso em 10/04/2009.

as ideias liberais conviviam lado a lado com o direito de propriedade que os senhores tinham sobre seus escravos, e nenhuma lei da Constituição de 1824 contestava esse direito.

Por outro lado, Lima chama a atenção para o fato de que, no contexto regencial, os termos que designavam a cor não tinham um sentido unilateral, ou seja, eles eram apropriados de modos distintos pelos agentes políticos e isso era transmitido à população por meio dos jornais da época. A autora mostra como exemplo o termo “cabra”, usado pelos portugueses como xingamento para se referir aos que aderiram à Independência. Essa definição, além do caráter político, também poderia significar mulato. Logo depois, ele fora apropriado pelos ofendidos como forma de legitimação. Assim como a supressão da marca da cor que, em um contexto, era usada para “branquear” os negros que ascendiam socialmente e outrora era empregada pelos próprios mulatos. Esses conceitos raciais, segundo a autora, estavam em efervescência devido à concepção liberal de construção nacional.

Contudo, o mais interessante é que cabra não era utilizado só como insulto e xingamento. Numa versão de significados, certos grupos empregaram esses e outros termos como instrumentos de auto-afirmação política. Nas fronteiras de zombaria e do sério havia, no início do período regencial, vozes afirmando-se “Sou cabrito”, “Sou crioulo”, “Sou pardo”, ecoando tensões já despertadas por volta de 1822 e 1823 [...] Nessas disputas de símbolos e de formas de representar a identidade, a imprensa teve atuação fundamental. As representações em torno da identidade articulavam-se ao contexto em que alguns segmentos da população urbana procuraram participar ativamente da política, tendo sido não só espectadores mas responsáveis mais ou menos diretos por um contexto de transformação do poder e da cultura política, desencadeado pela Independência e pela abdicação de dom Pedro I em abril de 1831. No processo de formação do Estado imperial, o período regencial, que se estendeu até 1840, destacou-se por diferentes movimentos sociais e políticos que evidenciaram as tensões da centralização política e da sociedade escravista. (LIMA: 2006; 298 e 299).

Ela acrescenta que essa apropriação de termos raciais, outrora pejorativos, se entrelaça em alguns jornais com a Constituição outorgada em 1824, que não prevê distinções entre as classes. Para ela, essas questões “produziram inusitadas representações sobre a mestiçagem e a nacionalidade”. (LIMA: 2006; 304).

3.2. Escravos – Agentes sociais ou mercadorias?

Quando se pensa no tripé iluminista (liberdade, igualdade e fraternidade), em um primeiro momento no Brasil, vê-se que ele não tratou logo de contestar a escravidão. Esta formava um “conjunto de relações estabelecidas e com algum grau de legitimação”, desde os remotos tempos do Antigo Regime (ENGEMANN: 2005; 173 e 174). No século XIX, muitos escravos estavam adquirindo sua liberdade. Porém, isso não significava uma ruptura com a escravidão.

Na cidade do Rio de Janeiro oitocentista, assim como em outras brasileiras, havia grande quantidade de escravos transitando, trabalhando, e, muitas vezes, esse trabalho significava estar longe do controle senhorial. Os escravos compunham aquele cenário fluminense de então e podiam construir novas redes de relacionamento.

A cidade fluminense fervilhava desde a chegada da família real ao Brasil, em 1808. Diversos agentes contribuíram para a formação da cidade, não só através do governo com os bancos, museus, teatros etc., que trouxeram um ar europeu. Havia uma classe média em formação, e alguns historiadores mostram a participação maciça dos escravos na constituição da cidade.

Os escravos, principalmente nas grandes cidades brasileiras do século em questão, como Recife, Rio de Janeiro e Salvador, participaram de forma ativa do comércio e de agitações políticas. A ideia de um escravo passivo, só maltratado, ou mera mercadoria, é uma inverdade.

O Rio de Janeiro, por exemplo, possuía muitas atividades comerciais que incrementavam a circulação de pessoas. Muitos estrangeiros em visita ao país notavam essa movimentação, principalmente dos negros, e tinham, em suas visitas à cidade fluminense, diferentes perspectivas de quem era escravo e livre. Essas categorias se confundiam para os viajantes de passagem.

No passado colonial/imperial brasileiro, o trabalho era o traço marcante do ser escravo. Porém, nas cidades, o próprio trabalho era o que talvez lhe conferia mais liberdade, devido ao movimento de que as ocupações urbanas necessitavam. Isto não passou despercebido a Maria Graham, pois, quando de sua estada no Rio de Janeiro, entre 1821 e 1823, afirmou que os negros, tanto livres quanto escravos [...], [lembram] aos outros aqui o menos possível a triste condição servil, a não ser quando se passa na Rua do Valongo... (FERREIRA: 2005; 231).

Certa feita, Ewbank viu passar cerca de “cento e cinquenta negros [...], todos eram escravos, menos um”. É possível que se tenha equivocado por um golpe de vista. Diferente dele, o reverendo Walsh afirmou que quase “todas as pessoas que [vendiam] verduras nas ruas ou em bancas [eram] negros livres”. (FERREIRA: 2005; 235).

Alguns historiadores apontam, inclusive, para a atuação das mulheres cativas, que exerciam no Largo da Carioca, no Campo de Santana e nas Laranjeiras, tarefas que ultrapassavam a barreira da escravidão. Segundo Ferreira (2005), é possível encontrar mais de 200 trabalhadoras cativas no Largo da Carioca sempre ocupadas com o serviço de lavar roupas. A venda de produtos também fazia parte do cotidiano de algumas mulheres escravas. “Vendedoras da apetitosa carne-seca, preparavam a comida 'ao relento ou debaixo de sujas barracas de lona', onde se aglomeravam vários escravos. Jean Debret afirmou que o milho era ‘vendido nas praças e nas ruas’”. (FERREIRA: 2005; 238). Essas atividades eram exercidas antes ou depois de executarem suas tarefas no interior dos lares.

Um dado interessante sobre o período em questão é mostrado por Mamigonian (2005). A autora revela que entre os anos de 1821 e 1856, 11 mil africanos foram emancipados e postos sob a custódia do governo brasileiro por terem sido trazidos ilegalmente ao país. Esses africanos eram entregues à responsabilidade de concessionários, porém, apesar dessa liberdade, eles eram associados aos escravos do século XVIII. Muitos desses concessionários alugavam os africanos livres, e estes não recebiam nenhum pagamento. Mamigonian (2005) ressalta, no entanto, algumas práticas estabelecidas entre concessionários e africanos livres.

Outro aspecto comum entre concessionários e africanos livres favorecia os concessionários e também permitia que os africanos acumulassem pecúlio. Dependendo do acordo, os africanos livres podiam viver sobre si e ver o concessionário apenas uma vez por semana, para pagar o jornal. Um acerto comum de pagamento de “jornal” era de 480 réis diários, o que somava 12 mil-réis por mês em 25 dias de trabalho. Tudo o que os africanos livres ganhavam além do que tinham de pagar a seus concessionários ficava com eles. O sistema permitia aos africanos livres mobilidade e autonomia, particularmente se, em vez de viver na casa de seus concessionários, os africanos negociassem de viver sobre si. Ao ganhar nas ruas do Rio de Janeiro, africanos livres conviviam com escravos, com libertos e imigrantes portugueses. As mulheres ganhavam dinheiro como lavadeiras, costureiras, cozinheiras e vendedoras de rua. No Rio de Janeiro, como em Salvador, escravas e mulheres libertas, e particularmente aquelas da Costa Ocidental africana, controlavam o comércio de alimentos, em barraquinhas e quitandas, e também em bancas e tabuleiros de comida pronta. Os homens ganhavam seus jornais

como pedreiros e carpinteiros, e também ocupação comum de carregadores. Escravos e libertos ao ganho eram parte importante da força de trabalho urbana em grandes cidades, e os africanos livres estavam entre eles. (MAMIGONIAM: 2005; 397 e 398).

Os homens tinham trabalho, principalmente no descarregamento dos navios no Porto do Rio de Janeiro. Carregar água para a casa dos senhores também era um trabalho constante, já que, até 1860, as casas da cidade fluminense não possuíam sistema de esgoto e nem água encanada.

Muitos historiadores apontam para uma relação entre senhores e escravos que ultrapassava a barreira do despotismo e da submissão. Mostram uma relação mais ‘cordial’ do senhor para com o escravo, na maioria das vezes para evitar um levante. Havia algumas formas de relação, como alforria, principalmente de crianças, apadrinhamento dos filhos de escravos e a possibilidade dada aos negros de, ao mesmo tempo em que eram escravos, tomarem conta dos seus próprios ‘negócios’, a partir de acordo entre as partes. Porém, apesar de alguns escravos conseguirem alguma renda, ou possuírem algum ‘bem’, isso não significava uma mudança geral na estrutura da escravidão, mas apenas uma exceção. “O prova o fato de que mesmo as mais violentas reações da parte subordinada eram no sentido de romper a sua escravidão e não de contestar a instituição propriamente dita”. (ENGEMANN: 2005; 174).

4. ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

O desenvolvimento da imprensa no Brasil foi tardio. O início das atividades jornalísticas se deu por volta de 1808, com a chegada da família real e a consequente instalação de uma base para a imprensa oficial. Nos anos posteriores, o processo de surgimento de casas tipográficas foi gradativo e o fim da censura prévia em 1821 permitiu que após 1830, os jornais fossem grandes aliados das disputas pelo poder no país, enfim, a “política é tornada pública pela imprensa”. (LIMA: 2003: 37).

A taxa de analfabetismo era elevada. De acordo com Ferraro, em 1872, 82,3% da população brasileira era analfabeta⁸. Isso, porém, não era empecilho para a difusão dos jornais no Rio de Janeiro. A cultura brasileira foi e (continua sendo⁹) permeada pela oralidade. Naquela época era comum os impressos serem afixados em praças e locais públicos com grande circulação de pessoas, como igrejas, clubes etc. Para Lima (2003), esses materiais eram lidos coletivamente, fato que muitas vezes despertava a polícia.

Paralelamente à vida política, havia locais para reuniões e conversas para um grupo bastante relevante naquele contexto: o dos literatos, mais exatamente os românticos. Os homens de letras tiveram bastante importância nesse contexto, ao contribuírem para o surgimento dos espaços literários.

As primeiras gerações românticas iniciaram a tradição dos escritores se reunirem em livrarias, transformadas quase em clubes de bate-papo literário, com livre trânsito para fofocas, algumas maldosas, leitura de poemas, elogios mútuos e consulta regalada as últimas novidades chegadas de Paris. (MACHADO: 2001; 53).

⁸ A contagem foi a partir dos dados dos censos da época. Porém, foi retirada a parcela da população de 0 a 4 anos. A população total em 1872 era de 8.854.774, sendo 7.290.293 analfabetos. FERRARO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13930.pdf>. Acesso em 11/06/09.

⁹ É interessante notar que o documentário “Palavra [en]cantada”, de Helena Solberg e Marcio Debellian, lançado em 2009, reflete sobre a língua brasileira e sua colocação em diferentes formas e contextos, e a importância da confluência da música e da literatura. Nas entrevistas foi mostrado o quanto a cultura brasileira atualmente tem uma forte ligação com a oralidade, e isso é cultivado há tempos. Alguns músicos que aparecem no documentário falam do uso que fazem de textos literários, por exemplo, do João Cabral de Melo Neto, que é considerado por muitos um escritor de difícil compreensão, em músicas que compõem, e assim levam literatura de boa qualidade às pessoas que não pegariam por livre vontade um livro do autor.

4.1. Maçonaria e outras sociedades

No período oitocentista brasileiro é possível perceber que alguns locais foram estratégicos. Intelectuais se reuniam para encontros informais em cafés e livrarias. Outras pessoas criaram grupos de apoio aos mais necessitados. E a Maçonaria, que mesmo secreta, congregou políticos que definiram o rumo do país. Por causa disso, um pequeno relato das bases da Maçonaria no Brasil é vital para entender a chegada dos ideais liberais por meio dos maçons.

Os homens com “20 anos completos e bons costumes, de ocupação livre e decente, e com um grau de instrução necessária para cultivar sua razão”, estavam aptos a participarem da maçonaria, segundo a Constituição de 1832, do Grande Oriente do Brasil, dirigido por José Bonifácio. (MOREL e SOUZA: 2008; 151).

A maçonaria está fundamentada em princípios universalizantes de igualdade, liberdade e fraternidade entre os homens. Para alguns historiadores, a origem da maçonaria é um pouco difícil precisar. Porém, é possível afirmar que esses princípios, trazidos à tona por ideias iluministas e pela Revolução Francesa, existiam em um contexto anterior ao século XVIII dentro de espaços maçônicos, segundo Hankins.

Anteriormente existiram guildas maçônicas que se transformaram em não maçônicas para promover a sociabilidade, o convívio social, e os ideais de moralidade, igualdade, fraternidade e paz. As guildas maçônicas, que se desenvolveram durante o longo período das construções de catedrais, mosteiros e abadias, desde o século XII, eram extremamente cristãs. A transformação que se verificou, passando de bases operativas para as bases especulativas, é atribuída ao declínio da construção de catedrais e ao incremento de teorias democráticas e humanitárias durante o século XVII. (apud HOLANDA: 1976; 193).

A mudança de base citada se refere à abertura dos espaços maçônicos a homens de outras ocupações, como alquimistas e filósofos hermetistas, que não trabalhavam com a construção dos templos. “Ocorreu uma releitura das tradições corporativas a partir de novas referências culturais que visavam tornar a maçonaria um local de aperfeiçoamento moral e intelectual do homem”. (MOREL E SOUZA: 2008; 41).

E estes princípios foram introduzidos no Brasil por diversas lojas maçônicas que começaram a ser implantadas no país no início do século XIX. (MOREL E SOUZA: 2008). Estas ideias foram trazidas ao Brasil pelos filhos dos aristocratas brasileiros que

estudaram na Europa, berço da maçonaria, principalmente por aqueles que frequentavam as Universidades de Coimbra e Montpellier.

Aqui os privilegiados são os filhos dos senhores; os filhos daqueles aristocratas da terra que vão estudar em universidades européias. Só estes, por conseguinte, terão oportunidade de conhecer a filosofia da ilustração; só estes podem fazer entrar no Brasil os livros de Voltaire, Rousseau, Montesquieu etc.; e dada a relação existente entre Maçonaria e Ilustração, só estes poderão ser iniciados na Maçonaria [...] Isto lhes concedia prestígio e os colocava em dia com as transformações sócio-políticas correntes, mas também porque os tornavam interessados na libertação de sua terra. (HOLANDA: 1976; 198).

Os princípios defendidos pela maçonaria estavam atrelados ao conceito iluminista de resgatar as pessoas das trevas, para assim construírem uma nação, fator imprescindível para os pedreiros-livres naquele momento.

Por isso, é significativo ressaltar o papel desta instituição que, mesmo secreta e restringindo a participação de alguns grupos, como mulheres, escravos e analfabetos, por outro lado, deu possibilidade de ação e ascensão aos pardos e mulatos livres em pleno império. As Lojas Maçônicas eram, por conseguinte, um importante espaço de sociabilidade naquele período.

Mais do que discutir se as maçonarias brasileiras foram ou não abolicionistas desde suas origens, é importante perceber que, por seu ideal igualitário, elas representaram no Brasil escravista a possibilidade de ascensão para indivíduos oprimidos do ponto de vista étnico e social. Ou seja, havia homens mulatos e descendentes de escravos libertos que encontravam vez e voz na Ordem dos Pedreiros-Livres que não possuíam restrições de origem racial ou de tradição familiar acentuadas. Tornava-se, assim, um espaço de construção da cidadania, ampliando as possibilidades de participação a setores que inicialmente não tinham acesso às instituições oficiais ou tradicionais. (MOREL E SOUZA: 2008; 132).

A historiadora Célia Maria Marinho Azevedo ressalta a participação de Francisco de Paula Brito na maçonaria. Para ela, o espaço maçônico contribuiu para a formulação do conceito de cidadania universal nos escritos do tipógrafo. “O significado da participação de Paula Brito nessas redes de sociabilidade literária, profissional e maçônica pode ser melhor

compreendido à luz de suas publicações e escritos, cujo conteúdo crítico aponta para um projeto de cidadania universal”¹⁰.

Vê-se uma ruptura com as bases aristocráticas no que se refere à linhagem. A maçonaria ressalta os valores individuais e de merecimento. As reuniões tinham uma hierarquia, porém de outra ordem, que não a mesma da sociedade brasileira em formação, e, portanto, sem ressaltar as marcas raciais.

Alguns maçons, que despontaram no cenário político brasileiro daquela época, demonstravam preocupação com os índios e negros, que, para eles, deveriam ser entendidos como parte integrante da nação brasileira. Muniz Barreto escreveu em 1817 a “Memória sobre a abolição do comércio da escravatura” e José Bonifácio defendia a “miscigenação, para formar um povo brasileiro que seguisse os parâmetros da civilização ocidental, sob hegemonia européia”. (MOREL e SOUZA: 2008; 117).

As Lojas funcionavam como um espaço de debate, de propagação de valores e do conceito de progresso. Outro valor importante para a maçonaria era a filantropia, a cooperação entre os “irmãos”. E sob esse aspecto, é importante mencionar outros espaços de sociabilidade, que estavam debaixo do pensamento iluminista, como a “Sociedade Jovial Instrutiva”, que se propunha a educar as classes mais pobres. A sociedade foi criada em 1829 e em 1831 funcionava no Beco da Lapa. Morel e Souza (2008) mostram que, inicialmente, 244 pessoas foram alcançadas pelos cursos de primeiras letras, francês, música ou arte tipográfica. Havia também sociedades econômicas, como a “Sociedade Auxiliadora da indústria Nacional” e a “Sociedade de Colonização”. “Entre 1820 e 1840, havia 73 associações inventariadas no Rio de Janeiro, sendo 31 maçônicas, que representavam 42% do total”. (MOREL E SOUZA: 2008; 147).

Cabe ressaltar, que as Lojas Maçônicas, além da filantropia e da possibilidade de ação dos pardos e mulatos, atuaram na política brasileira, principalmente no contexto da Independência. Nesta questão, apesar dos valores universais pregados pelas Lojas Maçônicas, as divergências políticas eram grandes. Não havia uma coesão sob qual forma de processar a independência, mesmo porque a maçonaria abrigava políticos de diferentes correntes.

¹⁰ AZEVEDO. Disponível em: http://www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/exibir_opinioao.asp?codnoticias=20283. Acesso em 20/03/09.

4.2. Um passeio literário pelo Centro do Rio

Ubiratan Machado em seu livro “A vida literária no Brasil durante o romantismo” mostra algumas livrarias, que comercializavam de tudo, desde livros até chás e outros produtos, e que ao mesmo tempo eram locais onde os intelectuais se encontravam. Havia a livraria de Evaristo da Veiga, que editava o famoso jornal moderado “Aurora Fluminense”, localizada na Rua dos Pescadores (atual Rua Visconde de Inhaúma).

Esse mercado editorial e as lojas que reuniam intelectuais, porém, eram dominados pelos franceses. O primeiro a exercer influência nesse ramo, segundo Machado (2001), foi Luis Mongie, na Rua do Ouvidor, de 1832 até 1853. Outro espaço importante era a Casa do Livro Azul, de Monsier Jourdan, que esteve aberta entre anos de 1828 e 1852. A Crémère, a Belgo-Fancesa, a Laemmert, a Garnier, a Villeneuve e a Firmin Didot, localizadas nas Ruas do Ouvidor e da Quitanda, lojas de proprietários franceses também poderiam ser visitadas. Em 1850, aparece uma livraria que vende livros usados pertencente a um português. O local funcionava na Rua da Imperatriz, nas proximidades do Colégio Pedro II. Era frequentado geralmente por estudantes.

Muitos artistas saíam do Teatro João Caetano e iam para o Café do Braguinha, no Rocio (atual Praça Tiradentes). Por volta da década de 1860 havia o Café de Londres na Rua do Ouvidor, que concentrava políticos e intelectuais. E a Confeitaria Carceler, que em 1861 e mudou da Rua Direita (atual Primeiro de Março) para a Rua do Ouvidor. Lá, era possível encontrar o imperador Dom Pedro II, que costumava tomar sorvete ao final da tarde.

Além desses cafés, existia o escritório de advocacia de Caetano Filgueiras, em 1856, onde Machado de Assis, Gonçalves Braga, José Joaquim Cândido de Macedo, Teixeira de Melo e Augusto Emílio Zaluar se reuniam. Além, claro, dos jornais, locais de convivência de intelectuais e de organização de saraus. Como observa Mônica Velloso,

Em meados dos anos 1850, a Praça da Constituição (hoje Praça Tiradentes) era um movimentado centro de lazer, comércio e vida mundana. Ali funcionavam a botica de Juvêncio Ferreira – local de reunião de líderes políticos como Evaristo da Veiga e o general Polidoro – e o café Braguinha, que ganhou fama nos jornais devido a versos de letrados como Casimiro de Abreu e aos lundus bem-humorados de Laurindo Rabelo. Em frente ao café ficava o Teatro São Pedro (atual João Caetano). E no meio dessa agitação se localizava um misto de papelaria, oficina de encadernação e tipografia. Seu dono era Paula Brito, e o lugar

– conhecido como “Loja do chá do melhor que há” – era um badalado ponto de encontro¹¹.

¹¹ VELLOSO. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2029>. Acesso em 20/03/09.

5. FRANCISCO DE PAULA BRITO

Além de ser compositor, escritor, Paula Brito era nacionalista, universalista e ligado aos exaltados. No que diz respeito à tipografia, ele foi o brasileiro pioneiro no ramo no país. Afinal, despontou em um ambiente controlado, basicamente, pelos franceses. Para os pesquisadores de hoje, ele era um agitador cultural. Já para os que conviveram com o mulato em sua tipografia, ele fora um incentivador dos novos talentos e amigo, como mostra o depoimento de Caetano Alves de Souza Filgueiras: “Sua mão – aquela mão escura, que todos os grandes estreitavam com efusão d’alma – estendia-se sempre que havia alguém, amigo, desvalido ou contrário, que tropeçasse, pedisse ou carecesse”¹². Este capítulo vai mostrar um pouco da vida deste tipógrafo.

5.1. Paula Brito e a arte tipográfica

*“Lá vai um!... (um logogrypho)
Mui fácil de decifrar,
Pois não gostando eu de massa,
A ninguém quero massar [...]
Cinco sílabas, não mais,
Tem as sílabas dez letras.
D’elas algumas iguais.
É nome substantivo,
Não é feio nem bonito,
E, com seu significado,
Que ofereço ao Paula Brito”.*
J.A. dos Santos Cortiço¹³.

“Nasceu com dons de diplomata e luvas de pelica”.
(MACHADO: 2001; 68).

Francisco de Paula Brito, que nasceu na Rua do Piolho (atual Rua da Carioca), número 148, em 02 de dezembro de 1809, tinha uma origem humilde. Era filho do carpinteiro Jacintho Antunes Duarte e de Maria Joaquina da Conceição Brito. Ele tinha por avô materno um famoso ourives, o Sargento-Mor Martinho Pereira de Brito, um dos

¹² Discurso de Caetano Alves de Souza Filgueiras na missa de 7º dia de Paula Brito, publicado no Diário do Rio de Janeiro de 24/12/1861.

¹³ CORTIÇO, J.A.S. Poema **Logogrypho** In: revista Marmota Fluminense, de 04/02/1855.

autores dos dois lampadários de Prata do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e que havia comandado o 4º Regimento de Miliciano, chamado Regimentos dos Pardos. (GONDIM: 1965; 17).

Para Gondim (1965), o uso do sobrenome materno foi devido ao costume da época adotado, geralmente, pelos filhos de espanhóis, portugueses e italianos. Já Vianna acreditava na importância do avô de Paula Brito. “Daí, talvez, ter usado o sobrenome materno, mais importante que o paterno” (1961; 4).

Paula Brito mudou-se ainda pequeno para o interior da província por causa de dificuldades financeiras. Gondim (1965) diz que ali ele começou seus estudos com a irmã mais velha, Ana Angélica Chagas, e também ajudava o pai nos serviços de carpintaria.

Aos 15 anos, por volta de 1824, retornou à Corte juntamente com o avô materno após ficar órfão de pai e mãe. O avô teve grande influência na vida de Paula Brito. Primeiro trabalhou na Tipografia Nacional e posteriormente na R. Ogier e Seignot-Plancher. O trabalho nessas tipografias trouxe grande contribuição à formação tipográfica de Paula Brito. Ele ganhou grande conhecimento trabalhando com o francês Plancher, que trouxe imensa contribuição às tipografias brasileiras, como o aparelhamento técnico e o embelezamento dos livros. O trabalho na tipografia de Plancher também aproximou Paula Brito das ideias patrióticas, que marcaram a vida do tipógrafo.

Após curta permanência como ajudante na loja do farmacêutico Domingo Gonçalves Valle, o rapaz ingressou, naquele mesmo ano, como aprendiz na Typographia Nacional. Seu primeiro emprego, após terminar o aprendizado, foi com o livreiro e impressor René Ogier, na Rua da Cadeira nº. 142, que Rubens Borba de Moraes considera “Talvez o melhor tipógrafo que o Brasil teve”. Em seguida, tornou-se compositor na equipe do *Jornal do Commercio* [grifo do autor] de Plancher. Aprendeu, assim, seu ofício nas três melhores tipografias da cidade. E o que foi quase tão importante, seu desenvolvimento intelectual, da adolescência à idade adulta, ocorreu durante os impetuosos anos que se seguiram à Independência; é a este pano de fundo que José Veríssimo atribui seu leal, mas tolerante nacionalismo, seu patriotismo “sem patriotadas” que o sustentou ao longo de uma vida dedicada a ajudar a elevação dos padrões culturais de seu país. Sem dúvida, as ideias liberais do próprio Plancher também exerceram considerável influência sobre o desenvolvimento do jovem. (HALLEWELL: 2005; 156).

Além disso, foi compositor, diretor de prensas, redator, tradutor e contista. Em 1831, possuía sua própria casa tipográfica.

Com sacrifício, com o fruto de economias, conseguidas à custa de renúncias, instalou Paula Brito sua loja, compensação de provações e lutas travadas contra as adversidades, que bem cedo conheceu, no trabalho fatigante, de quem ainda aproveitava as poucas horas de folga para estudar, estudar sempre, a fim de que pudesse, mais tarde, realizar num campo mais propício aos interesses coletivos, os ideais sonhados do desenvolvimento da arte tipográfica, num plano que possibilitasse a renovação e prestígio dos valores nacionais. (GONDIM: 1965; 16).

Gondim, porém, em seu livro, não ressalta qual foi a influência exercida pelo avô materno, e nem como Paula Brito conseguiu superar as dificuldades e adquirir uma tipografia. Diz apenas que a comprou do primo. A partir da compra da Loja de Chá que se transformou também em tipografia é fato que aquele espaço se tornou um ambiente de grande efervescência cultural.

Em 1831, estabelecendo-se por conta própria, instalava sua tipografia, numa antiga loja de chá e cera, papelaria e encadernação, situada, segundo Moreira Azevedo, na Praça da Constituição nº. 21, antigo Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes. Paula Brito, adquiriu-a de um primo, Silvino José de Almeida Brito¹⁴, antigo proprietário do estabelecimento. (GONDIM: 1965; 15).

O autodidatismo pode ser a explicação mais plausível para o conhecimento adquirido por Paula Brito e para seu interesse pelo mundo das letras. Gondim (1965) afirma que, além da influência de sua irmã, ele se esforçava em aprender, e em 1831 escrevia com facilidade e aos 18 anos já tinha alguns versos. Paula Brito “procurou suprir deficiências, com leitura constante e atenta dos bons autores portugueses, pela comparação e análise” (GONDIM: 1965; 27). Em escritos posteriores foi constatado que já manejava com segurança o português e o francês.

A arte tipográfica era dominada, naquele contexto, no Brasil, basicamente, por estrangeiros de origem européia, principalmente pelos franceses. A mudança na mentalidade brasileira foi trazida por Paula Brito, segundo Gondim. Para a biógrafa de Paula Brito, ele “fez nascer o valor patriótico ao prestigiar a nossa tipografia, ao trazer técnica em um contexto fortemente influenciado pela moda francesa”. (GONDIM; 1965; 16).

¹⁴ Em 1831, no episódio da “Noite das Garrafadas”, Silvino José de Almeida Brito foi agredido por portugueses e ameaçado com as palavras “Mata, mata que é cabra!”. Cabra era uma palavra utilizada pelos portugueses contra aqueles que eram a favor da Independência. Logo depois a loja fora passada a Paula Brito. O termo “cabra” tinha o sentido político, além daquele racial, que se referia aos mulatos. (LIMA: 2006)

Não só a arte tipográfica era dominada, naquele contexto, pelos europeus, mas também o comércio de um modo geral. Hallewell (2005) ressalta o fato de o tipógrafo brasileiro encontrar espaço nesse ambiente e conseguir reunir a intelectualidade da época. O autor mostra em sua obra “O livro no Brasil” que, até o ano de 1863, menos de quinto do comércio do Rio de Janeiro pertencia a brasileiros. Havia 7224 empresas comerciais na cidade e apenas 1373 eram de brasileiros. Hallewell mostra que essa tímida participação no comércio do país era fruto de um preconceito herdado do Antigo Regime.

Os ingleses eram os banqueiros, os importadores e os atacadistas do Brasil. O comércio de escravos (enquanto durou) estava nas mãos dos portugueses, que também controlavam parte do comércio varejista, com exceção do comércio dos artigos de luxo da capital, que era dominado (como dito) pelos franceses. Os brasileiros brancos aqui nascidos, com o antigo desdém aristocrata do Velho Mundo por qualquer tipo de comércio, limitavam seus interesses à agricultura e ao governo. O trabalho não-qualificado era executado pelos escravos, e as “pessoas de cor livres” contentavam-se em formar a classe dos artesãos. O fato de Paula Brito ter-se tornado o livreiro preferido da elite intelectual do Rio de Janeiro, bem como o sucessor de Plancher como principal editor da época, não obstante os seus antecedentes, diz bem da sua energia, determinação e habilidade. Isso ilustra igualmente o paradoxo de que ser negro (no sentido norte-americano do termo) constituía uma desvantagem muito menor sob um Império servil do que viria a ser numa República positivista “livre”. (HALLEWELL: 2005; 155).

A tipografia era uma tarefa importante para Paula Brito, que queria divulgar os escritos aos mais variados lugares do Brasil. Para isso, se esmerou em trazer todo o tipo de melhoramento na arte tipográfica para o país, que queria ver grande no quesito ‘produzir periódicos’. “Desejava ver a imprensa grande um dia na minha terra, ainda que eu morresse no dia seguinte” (GONDIM: 1965; 21).

Foi um empreendedor brasileiro, o Sr. Francisco de Paula Brito, o criador da revista de maior longevidade daquele período: a *Marmota Fluminense*. Paula Brito também publicou autores como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, além das comédias de Martins Pena. Um jovem e promissor escritor chamado Machado de Assis foi seu revisor de provas. Único editor brasileiro até o advento do século XX, Paula Brito constituiu uma honrosa exceção naquele período totalmente dominado por editores franceses ou portugueses¹⁵.

¹⁵ MONTEIRO. Formar a pátria: os pioneiros e a nacionalização do livro escolar – Parte I. (Seminário em Comunicação/Didáticos/Pioneiros I).

Paula Brito expandiu seus negócios, o que gerou uma série de dificuldades para a localização das tantas casas tipográficas que possuía na Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes.

Sabemos que, possivelmente desde 1831 ou 1832, com certeza, esteve Paula Brito instalado na Praça da Constituição, número 51, até o ano de 1836 e parte de 1837. Usou, de início, o nome de Tipografia Fluminense de Brito & Cia., conservando até o ano de 1835, sendo que, em 1833, já usava, também, Tipografia Imparcial de Brito, nome que teve maior duração, pois vamos encontrá-lo até o ano de 1851, mesmo depois da criação da Empresa Dois de Dezembro. Em 1837, mudou-se para o número 66, vindo a ocupar, também, logo depois, o número 64, lojas que conservou até o fim de sua vida. (GONDIM: 1965; 38).

Com a empresa Dois de Dezembro, pôde-se ver o crescimento das casas tipográficas de Paula Brito. Gondim (1965) registra em seu livro as seguintes lojas: Praça da Constituição, números 64, 66, 68 e 78; Rua da Lampadosa 35 e 37; Rua dos Ciganos, 28 (1855-1857) com a litografia que funcionara, desde 1851, na Praça da Constituição, 66; Rua dos Ourives, 21, com Tipografia de Paula Brito; Largo da Memória, número 2, canto da Rua de São João, em Niterói.

Para estimular a melhoria dos trabalhos impressos por ele, Paula Brito contratou em Paris, em 1853, Louis Therier, litógrafo, gravador e desenhista, dos mais modernos naquela época.

Paula Brito se ligou a acionistas, fato que possibilitou a expansão de seus negócios. Porém, a Empresa Dois de Dezembro, “ocasionou ao seu principal proprietário enorme prejuízo. Rendeu quase tudo o que possuía. Assistiu, com tristeza, a venda pública dos seus instrumentos de trabalho, que com tanto esforço e sacrifício, conseguira reunir”. (GONDIM: 1965; 41). Após esse período, 1857, ele ficou apenas com as lojas da Praça da Constituição, números 64, 66 e 68. Esta última logo fora fechada.

A publicação de livros no Brasil era extremamente complicada para os escritores, principalmente para aqueles que não tinham dinheiro, quase sempre os recém-chegados ao mundo literário que queriam publicar seus escritos. Eles precisavam pagar primeiro ao editor e, assim, assumir uma dívida que poderia não ser quitada, caso o livro não vendesse. Quando conseguiam editar um livro, era sempre em tipografias pequenas e já obsoletas. Para ter seus trabalhos impressos, os jovens escritores precisaram romper algumas barreiras, como a falta de uma cultura de impressão de livros, já que muitos editores

reproduziam apenas folhetos políticos, manuais de devoção e novelas populares. Em 1830, essas eram as dificuldades enfrentadas pelos “rapazes cheios de literatura”. (MACHADO: 2001; 67).

Ao analisar a história de Francisco de Paula Brito, pode-se chegar a seguinte conclusão: ele foi um visionário, no que diz respeito à vida social e cultural do Rio de Janeiro imperial. Para Gondim (1965), uma de suas principais biógrafas, ele foi “o iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro” e “polarizador das elites na Corte, na fase mais intensa do Romantismo, tem por isso um lugar assegurado na história da cultura brasileira”.

Mesmo sendo dono de um estabelecimento, a preocupação de Paula Brito era antes com a cultura e a circulação de ideias do que com o próprio lucro. Subscrição, segundo Ubiratan Machado, foi um investimento pesado do tipógrafo, que queria divulgar os novos talentos que tinham poucos recursos.

O sistema funcionava da seguinte forma: quem estivesse interessado em adquirir uma obra, assinava uma lista, que geralmente era disponibilizada em algum estabelecimento público, e pagava antecipadamente pelo livro. “E quando o número de subscrição igualava o de exemplares projetados para a edição, a obra entrava no prelo”. (MACHADO: 2001; 70). Esse processo foi adotado por Paula Brito na década de 1860, quando ainda o escritor devia pagar pela sua obra anteriormente à edição. Em outras ocasiões a amizade ditava a edição de algumas obras.

Numa inovação de alto risco para um editor descapitalizado e para uma sociedade estreita como a brasileira – formada por um número mínimo de alfabetizados, do qual uma parcela ínfima interessava-se pela literatura e adquiria livros -, chegou a publicar contemporâneos, por sua conta, movido apenas pela amizade. (MACHADO: 2001; 70).

A subscrição caiu em desuso porque era um sistema de fácil enganação e muitos charlatões se utilizaram desse meio para ganhar dinheiro dos interessados em adquirir um livro, ao inventarem obras e suas consequentes listas.

Para estimular, de uma outra maneira, o consumo de literatura, o editor começou a expandir os negócios pensando na distribuição de livros fora das fronteiras da província fluminense.

Consciente de que não bastava semear livros à mão cheia e mandar o povo pensar, Brito empreendeu várias iniciativas pioneiras para democratizar o acesso ao livro, um processo bem mais complexo do que podia admitir a retórica dos poetas.

O sistema de distribuição de livros era precaríssimo. Em geral, as obras eram vendidas em um ou dois locais, restritos à cidade onde eram editados. O país era um arquipélago cultural. Para implodir essa barreira granítica, Brito nomeou correspondentes em várias províncias do Império incumbidos de divulgar as obras e periódicos de sua editora. Foi o primeiro esboço de um sistema nacional de distribuição, retomado somente cerca de 70 anos mais tarde, por Monteiro Lobato. (MACHADO: 2001; 69).

Outro modo encontrado por Paula Brito para incentivar a leitura das obras literárias era utilizar o recurso da propaganda. “A propaganda direta da obras literária nacional, não mais por meio de notícias ou referências em artigos, mas de anúncios mais elaborados, começa nos últimos anos da década de 1850, por iniciativa de Paula Brito”. (MACHADO: 2001; 72). Aos novos assinantes da “Marmota”, o tipógrafo oferecia uma edição de alguma obra recém lançada em sua tipografia. Sendo assim, “quem se dispusesse a gastar 5\$ na assinatura anual da revista ganhava um exemplar de um dos grandes sucessos teatrais da época, “O primo da Califórnia”, de Macedo”. (MACHADO: 2001; 72).

Brito utilizava também mistificações inocentes para vender livros. Uma delas consistia em inserir pequenas notas, anônimas ou assinadas por pseudônimos pitorescos, nas seções de apêditos dos jornais, comentando ou elogiando livros que, por coincidência, eram sempre edições suas. (MACHADO: 2001; 73).

Em 1849, o tipógrafo iniciou a “Biblioteca Guanabareense”. Gondim afirma que “podemos chamar, hoje, da primeira coleção organizada, tão de gosto atual dos nossos livreiros e do público. Circulava junto à revista Guanabara, com obras completas, editadas, pela então, Empresa Tipográfica Dois de Dezembro” (GONDIM: 1965; 45). Algumas obras editadas pela Biblioteca: “Rosa” (1849), de Joaquim Manuel de Macedo; “A Estátua Amazônica” (1851), de Manoel de Araújo Pôrto Alegre; “Excertos das Memórias e Viagens do Coronel Bonifácio do Amarante” (1852), de Tibúrcio do “Amarante Amador Bueno ou A Fidelidade Paulistana” (1855), de Joaquim Noberto do Sousa Silva; “O Cavaleiro Teutônico ou a Freira de Marienburg” (1855), de Antônio Gonçalves Teixeira e Souza. A revista Guanabara circulou de 1849 a 1855. Um ano antes de iniciar a Biblioteca,

em 1848, segundo Hallewell (2005), Paula Brito tinha seis prelos manuais e um mecânico, o maior do Brasil.

Além dessas inovações, o editor tinha um plano de criar instituições que estimulasse as obras literárias e musicais através de investimentos em artistas. Porém, Paula Brito faleceu e a ideia não foi à frente.

Bruto, o grande editor do romantismo brasileiro, antecipou-se à sua época em muitos pontos, como na ideia de criar a Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais, para conceder um prêmio anual às melhores músicas e peças teatrais, e a Caixa Literária, uma sociedade beneficente para escritores que oferecia também recursos para auxiliar os editores nacionais. Quando do lançamento da ideia, recebeu o apoio de várias figuras do mundo intelectual, artístico e teatral, como João Caetano. A Marmota chegou a publicar os estatutos da associação, mas logo em seguida seu idealizador morria, deixando a ideia apenas em projeto. (MACHADO: 2001; 69).

A circulação de informações não dependia, necessariamente, de um papel escrito, seja livro, seja jornal, mas o ‘boca a boca’, prática que remonta ao Antigo Regime, era de grande valia naquele contexto imperial, que ainda estava adquirindo novas práticas sociais, como mostra Bahia,

Nos séculos XVII e XVIII, o jornalismo brasileiro sem tipografia é praticamente a única forma de ação persistente para expressar o conflito entre colonizados e colonizadores. Pela sátira poética, pelo panfleto, pela carta, pela gazeta manuscrita, pela canção, pelo repente, a colônia reage à opressão política e econômica. (BAHIA: 1990; 33).

Morel cita um pequeno caso em que Evaristo da Veiga critica Paula Brito por permitir a leitura de periódicos em seu estabelecimento, o que poderia prejudicar a venda de jornais.

Evaristo insistia na reclamação, reforçando o argumento com as conhecidas práticas de sociabilidade nos locais de venda e impressão, que eram também pontos de leitura e encontro: “É costume nas casas onde se vendem periódicos facilitar-se a leitura aos que desejam”. A generosidade de Paula Brito era notória e ele conscientemente buscava ampliar o círculo da república das Letras. (MOREL: 2003; 80).

A morte de Francisco de Paula Brito a 15 de dezembro de 1861, em sua casa no Campo de Santana, nº. 25, abalou “ricos e pobres, figuras das mais representativas da

sociedade, da política e das letras confundiam-se com os humildes operários e artistas, irmanados pelo mesmo sentimento doloroso que lhes causava a morte do amigo”. (GONDIM: 1965; 67). Alguns amigos tiveram suas homenagens publicadas em jornais da época.

Como homem público era muito brasileiro. Todas as suas ideias, todos os seus esforços, todas as suas aspirações, eram a favor da sua pátria; e por isso viram-no sempre militar entre os homens que tomam por guia a grandeza e união de todos os membros deste grande império, gigante destinado a capitanear um dia as nações cultas do globo¹⁶.

Cada qual tinha a sua família em casa, aquilo era a família da rua – le ménage in ville – entrar ali era tomar parte na mesma ceia (a ceia vem aqui por hora, por que o Lycurgo daquela república assim o entendia, e assim o entendiam todos quantos transpunham aqueles umbrais)¹⁷.

Eunice Gondim fez um apanhado do legado do tipógrafo em seu livro: foram 46 obras e trabalhos avulsos da autoria de Paula Brito. Ele editou 86 jornais e revistas. As obras editadas em suas casas tipográficas chegam a mais de 300. O tipógrafo foi redator de 5 jornais. Após a morte do marido, a viúva de Paula de Paula Brito publicou ainda 24 obras.

5.2. O tipógrafo, a família e a Petalógica

*O que há de novo? – é pergunta
Que faz qualquer, p’ra saber
Das coisas, sem o trabalho
De as indagar, nem de as ver
Por causa do – Que há de novo
Arranjou-se a sociedade,
Que, tudo o que lhe parece
Vai dando por novidade
(Com bem raras exceções
Também vemos hoje em dia
Pouca gente que não tenha
Lugar na – PETALOGIA)!
Francisco de Paula Brito¹⁸.*

¹⁶ FILGUEIRAS. C.A.S. Discurso na missa de 7º dia de Paula Brito publicado *In*: Diário do Rio de Janeiro, de 24/12/1861.

¹⁷ ANTÔNIO. J. **Recordando a Petalógica** *In*: Diário do Rio de Janeiro, de 03/01/1865.

¹⁸ Texto publicado *In*: Marmota Fluminense, de 17/06/1856.

O convívio proporcionado por Paula Brito em sua tipografia também era visível na forma em que conduzia seus laços familiares. Gondim (1965) mostra que Paula Brito casou cedo, em 1830, em Itaboraí no estado do Rio, com Rufina Rodrigues da Costa. Teve duas filhas: Rufina Rodrigues da Conceição e Brito e Alexandrina Rodrigues da Costa e Brito.

Foram educadas como pequenas amigas mais moças. Aprenderam, desde cedo, que essa felicidade não deveria só a eles pertencer, e sim ser partilhada com outros menos afortunados – Quantos eram eles? Difícil responder. Havia sempre um grande número de Afilhados de Paula Brito, sob a sua proteção e a lei era igualdade. O amor e o carinho dessa família influíam, também, no espírito dos que gozavam dessa intimidade privilegiada, levando à conta de Paulo Brito mais esse mérito – o da bondade, o respeito e a admiração nasciam, espontaneamente, no coração dos seus amigos. (GONDIM: 1965; 30).

O tipógrafo, além de ter sido o pioneiro brasileiro no ramo tipográfico, contribuiu imensamente para a literatura ao permitir que novatos escrevessem em seus jornais e revistas. Um exemplo ilustre dessa sua bondade é Machado de Assis, que, em 1854, começou na tipografia do mulato como revisor de provas e logo depois escreveu seus textos na revista de Paula Brito “A Marmota Fluminense”. Na tipografia, Machado conviveu com vários personagens da vida política e social do Rio de Janeiro, como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Eusébio de Queirós, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Quintino Bocaiúva. Havia um ambiente de conversas formais e outras nem tanto. Leitura, palestra, cursos de moda francesa e de bordado, aulas de piano, dentre outras atividades. Esse era o clima da Petalógica, sociedade que se reunia na tipografia de Paula Brito.

O espaço público naquele contexto teve grande importância nos debates acerca dos rumos tomados na política brasileira. Paula Brito não estava alheio a esses acontecimentos. A pesquisadora Mônica Pimenta Velloso chama-o de agitador cultural:

Machado de Assis, um dos ilustres integrantes da Petalógica, considerava a sociedade sua “família da rua”. Funcionava, segundo ele, como um espaço para troca de informações: “Quereis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir à Petalógica. Da nova ópera italiana? Do novo livro publicado? Do último baile? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não precisava ir mais longe, era ir à Petalógica. Os petalógicos, espalhados por toda a superfície da cidade, lá iam, de lá saíam, apenas de passagem,

colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos”¹⁹.

Em meio aos lugares de sociabilidade no período regencial, a tipografia de Paula Brito pode ser colocada nesse bojo. O fato de Paula Brito ter reunido políticos e intelectuais foi “uma façanha notável para uma loja situada fora da área mais elegante e mais significativa ainda porque seu proprietário era um mestiço, autodidata de origem muito humilde” (HALLEWELL: 2005; 155). O grupo estava muito distante da ideia defendida por alguns, de que a confraria reunida no Rocio tinha um viés ligado estritamente ao romantismo. “Mentira!” Aliás, esta é a palavra que corresponde melhor ao nome do grupo, e não ‘pétala’ como alguns românticos pensavam. “‘Peta’, gíria utilizada na época, significa “lorota”, “mentira” e também “podridão” – temos então que a imprensa, mola propulsora do esclarecimento, funda no Brasil uma “sociedade” que tem a mentira como lógica”²⁰. A loja de Paula Brito estava preocupada com a circulação da informação.

Sua paixão pelas letras e seu gosto em promover a convivência social entre pensadores negros e brancos das mais diversas origens sociais levou-o a fundar a Petalógica, uma animada sociedade informal de literatos e políticos que se reunia nos fundos de sua casa desde 1831 e posteriormente em sua livraria no Largo do Rocio. É difícil encontrar um homem de letras da época que não tenha participado da Petalógica, destacando-se entre eles, Joaquim Maria Machado de Assis, Francisco Gê Acayaba de Montezuma (o futuro Visconde de Jequitinhonha), Justiniano José da Rocha, Joaquim Saldanha Marinho, Gonçalves de Magalhães, José Bonifácio (“o moço”), Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida. Para vários deles, ainda longe de alcançarem a fama, a Petalógica deve ter sido uma espécie de berço das letras²¹.

Machado de Assis escreveu um artigo na revista “Marmota Fluminense” de 04 de fevereiro de 1855, revista editada por Francisco de Paula Brito. O texto mostra bem o espírito dos petalógicos.

Como chefe da Corporação Petalógica devia dar uma explicação pela interrupção do artigo [‘Memórias sobre as manias do Mundo da Lua’]. Lembrei-me digo, de magnetizar a estante, e consultai-a sobre o

¹⁹ VELLOSO. Disponível em:

<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2029>. Acesso em 20/03/09.

²⁰ MARTINS. B.G. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/MARTINS_bruno.pdf. Acesso em 10/04/09.

²¹ AZEVEDO. Disponível em:

http://www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/exibir_opiniao.asp?codnoticias=20283. Acesso em 20/03/09.

desaparecimento do manuscrito. Neste propósito, convoco a Sociedade Petalógica para uma reunião extraordinária, e apenas nessa sessão comuniquei a minha ideia, todos os membros [...] caem sobre mim de cacholetas, que não me deixaram ver bóia. Tão atordoado me puseram, que cada pancada me parecia já uma peça de artilharia. Acudiu-me uma feliz lembrança – Chegou o Pacote! Gritei desesperado no meio do furor do inimigo – Chegou o Pacote! Gritaram todos, fazendo tal alvoroço, que nem seria possível ouvir-se ali outra peça além da Petalógica que lhes preguei para escapar-me daquele transe. Nenhum parou mais, todos se foram rebolando d’ali, quem primeiro a saber dos resultados do esperado assalto de Sebastopol. Eu, porém, fiquei coçando minha cabeça dizendo com os meus esfolados botões: - Que mania! E hão de se rir Mundo da Lua?... Chamei por dois empregados da casa, que me ajudassem a fazer girar o tal armário. Dito e feito. Apenas lhe pusemos as mãos, estremeceu a maquina, mas parecia estar agarrada à parede. Que diabo será? Puxa! Oh! Que cousa pasmosa! - É um famoso paio! Dizia um. – Um salame pegado entre a parede e as costas do armário! Dizia o outro. E, averiguada a cousa, era um formidável ovo de barata!...

Eis senão quando, já saiu debaixo da estante uma enorme tartaruga! Cerca! Cerca! Acode toda a rapaziada, cada um armado com a peça que mais à mão encontrou; e no meio de grande balburdia fila-se enfim a alimária!... Era uma barata... Via, queira Deus não seja este bruto quem me tem feito as travessuras de que me queixo? De fato: uns poucos de volumes de obras diversas estavam já quase de todo devorados! E, finalmente, lá se encontra no ninho a bicha a cauçada – Memória sobre as manias do Mundo da Lua – descobriu-se afinal!...

Um outro ponto significativo da Sociedade formada na tipografia de Paula Brito era o de ajuda mútua, o que pode ser influência da participação do tipógrafo na maçonaria. “A Petalógica tinha outra face, que só seus membros conheciam, um lado “sisudo para os casos que demandassem gravidade”, como escreveu Machado de Assis, sugerindo a existência de uma espécie de maçonaria, dedicada ao auxílio mútuo”. (MACHADO: 2001; 58).

É importante ressaltar que Paula Brito desde o início de sua tipografia, por volta de 1831, tinha por hábito reunir amigos. Segundo Machado (2001), 1853 é o ano de fundação da Petalógica, mas não há um consenso a respeito dessa data.

Figura humana excepcional, modesto mas muito firme em suas resoluções e de uma lealdade a toda prova, Francisco de Paula Brito começou a congregar intelectuais ao seu redor em 1849, quando lançou A Marmota na Corte. O grupo, que se reunia na tipografia do jornal, à Rua dos Ourives, a princípio restringia-se aos colaboradores Teixeira e Souza, Santiago Nunes Ribeiro, Paula Menezes, Castro Lopes. Logo apareceram outros rapazes. Em 1853, quando a livraria começou a funcionar na Praça da Constituição (a princípio no número 78, depois no 64), as reuniões foram transferidas para lá, sempre com novos integrantes, muitos deles

adversários políticos ou em atrito por picuinhas literárias. (MACHADO: 2001; 56).

A cordialidade, aspecto importante na personalidade de Paula Brito, foi traço marcante que definiu a Petalógica e sua criação. Os diferentes políticos que se reuniam ali - apenas homens podiam participar das reuniões - esqueciam as rixas, riam, discutiam e conversavam, algo talvez impensável em outro contexto, como mostra o depoimento de Noronha Santos.

Patriota sem patriotadas, Paula Brito, indiferente aos ódios dos partidos em alarido nas ruas e praças, tornou-se, durante a Regência, o orientador dos moços. Sua tipografia foi o terreno neutro, onde vencedores e vencidos davam-se as mãos em favor das letras e das artes. Toda a geração romântica e febril de 1839 a 1861 frequentou a casa de Paula Brito. (apud GONDIM: 1965; 59).

Além dos literatos, os músicos eram frequentadores assíduos das tipografias de Paula Brito. Vianna (2002) diz que o “campo neutro” da tipografia de Paula Brito era um espaço de mediações interculturais. Outra a ressaltar a importância da música naquele ambiente de sociabilidade é a pesquisadora Mônica Velloso,

Mas apesar dos muitos periódicos, dos grupos de literatura e dos amigos famosos, foi a música que deu mais visibilidade à figura de Paula Brito. Como anfitrião, organizou encontros memoráveis entre músicos populares e poetas letrados. Muitos músicos compunham em sua casa. Ali se sentiam mais livres. Não precisavam, por exemplo, acatar os cânones musicais, e podiam se dedicar a experimentações. Em sua tipografia, Paula Brito anunciava e editava partituras, divulgava letras e títulos musicais. Assim, ele e seus parceiros produziram novos ritmos, sonoridades e linguagens, e contribuíram para a propagação dos primeiros gêneros genuinamente brasileiros: a modinha e o lundu. Entre as músicas que nasceram dessas parcerias estão as de Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre. Os lundus também atraíram a atenção do maestro Francisco Manoel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro. Em parceria com Paula Brito, ele compôs o malicioso “Lundu da marrequinha” (1863). A música fez enorme sucesso na Corte. Acredita-se, aliás, que o maestro inspiraria mais tarde um personagem de Machado de Assis chamado Pestana, no conto “Um homem célebre” – um compositor dividido entre a música erudita e canções populares. Outro músico de destaque era Laurindo Rabelo, membro da “Petalógica”. Violonista, repentista, compositor de modinhas e de lundus, Laurindo criou um estilo inconfundível²².

²² VELLOSO. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2029>. Acesso em 20/03/09.

Além da música e da literatura, Paula Brito se preocupava em colocar humor e leveza em algumas de suas publicações. Por causa disso, segundo Velloso, o tipógrafo também foi pioneiro neste ramo.

Atento às conversas que vinham das ruas, Paula Brito se apercebeu do grande número de devotos, foliões e pessoas que circulavam pela cidade, mas permaneciam alheias aos jornais e revistas. Pois ele não mediu esforços para criar uma imprensa que os incluísse. Assim nasce, em 1849, o jornal *A Marmota*, dedicado ao grande público. Talvez o feito mais importante de Paula Brito tenha sido trazer humor e leveza à imprensa. Costumava dizer que nos países europeus e na América do Norte a leitura incluía “figurinhas e macaquices”. Por que no Brasil tinha de ser tão diferente? Por que os brasileiros não teriam direito a gracejos e riso? Ele estava decidido a mudar isso. As páginas de *A Marmota* vinham recheadas de anedotas, máximas, charadas e enigmas. Por vezes, compunha versinhos e desafiava os leitores a decifrá-los. Quem acertasse ganhava um prêmio: um livro, editado por sua tipografia. E para despertar o hábito da leitura, apresentava o periódico por meio de divertidas quadrinhas: “Como agora ninguém lê/ Neste século ilustrado/Sem, por algum incentivo, a tanto ser obrigado/De sorte que é necessário/das coisas ver-se a figura/ Para no escrito buscar-se o útil que se procura”. “Ser útil, ainda que brincando”, uma de suas frases prediletas, viraria uma espécie de lema entre as revistas de humor cariocas nas primeiras décadas do século XX²³.

Além disso, Gondim (1965) mostra em seu livro que Paula Brito era um grande incentivador dos seus colegas que abriam um negócio próprio, mesmo que significasse uma aparente concorrência para o tipógrafo.

O tipógrafo, o livreiro, o editor, o poeta e o jornalista surgiram da vontade férrea de um homem, encaminhado, sempre, pelo desejo patriótico de engrandecimento da terra natal, dependesse dele ou de outros alcançarem esse fim. Não havia nele inveja das glórias alheias. Fazia-as suas, pode senti-las, com a mesma alegria de alma de um pai, quando vê um filho receber honrarias ou merecer reconhecimento público de valor. (GONDIM: 1965; 10 e 11).

Assim ocorreu quando Louis Therier, que veio ao Brasil contratado por Paula Brito, abriu seu próprio negócio. É importante frisar que Gondim afirma que o próprio Paula

²³ VELLOSO. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2029>. Acesso em 20/03/09.

Brito passou uma de suas lojas, quando teve problemas financeiros, ao francês, mas não fica explícito na biografia se o negócio aberto por Therier e elogiado por Paula Brito funcionava na antiga propriedade do tipógrafo brasileiro.

Louis Therier, mais tarde, em 1856, associou-se a A. Martinet, também artista litográfico, já estabelecido no Rio, com ele formando uma sociedade, que mereceu de Paula Brito os mais sinceros aplausos [...] quando o amigo Faustino Xavier de Novaes instalou uma casa comercial na Corte, Paula Brito estendeu-se em elogios tão amplos e generosos [...] (GONDIM: 1965; 57 e 58).

Após um ano da morte de Paula Brito, Machado de Assis fala com saudades do tempo em que o tipógrafo estava vivo e participava das reuniões da Sociedade Petalógica. O escritor, em crônica publicada no jornal “O Futuro”, presta uma homenagem ao seu iniciador no mundo literário. É importante observar que Machado dá a entender que as reuniões continuaram a acontecer, mesmo após a morte de seu fundador.

Passarei a mencionar a inauguração do retrato de Francisco de Paula Brito, na sala das sessões da Sociedade Petalógica. Paula Brito foi um amigo desta associação, que em sua casa se fundou; durante longos anos os membros da Petalógica tiveram nele um dedicado companheiro, de velho amigo e provado que era. O dia 15, aniversário de morte de Paula Brito, foi escolhido para a inauguração do seu retrato. Esta foi simples e modesta, como pedia o caso. Reunidos os amigos do finado, vários pronunciaram algumas palavras de saudade, e assim ficou realizada a tocante ideia. Paula Brito merecia estes sinais de gratidão saudosa que dão à sua memória seus amigos de tantos anos²⁴.

Cumplicidade também era uma das facetas de Paula Brito. O tipógrafo, como mostra Hallewell (2005), não divulgava o nome das pessoas que publicavam jornais em suas tipografias. Por causa disso, Paula Brito quase teve sua tipografia destruída e perdera a vida ao ser associado ao grupo caramuru (restaurador). Segundo Wernet (1982), o tipógrafo foi uma das vítimas de um ato agressivo que aconteceu em dezembro de 1833.

Das polêmicas da imprensa e das representações das sociedades políticas iam as paixões transbordar para os distúrbios nas praças públicas. Nos primeiros dias de dezembro, um grave incidente perturbou a ordem da cidade. A Sociedade Militar, que tinha sede no largo de São Francisco de Paula, afixou em sua fachada um retrato que parecia ser o de D. Pedro I.

²⁴ MACHADO. A. Crônica publicada *In*: O Futuro, de 01/01/1863.

o povo apedrejou a sede da Sociedade Militar, e as casas de vários de seus diretores e atacou as tipografias que imprimiam os jornais caramurus. Mais do que nunca o temos da restauração se apoderou do Governo. (WERNET: 1982; 49 e 50).

Segundo Vianna, esta foi uma tentativa oficial, portanto dos moderados, de agredir os caramurus. Da tipografia de Paula Brito havia saído “O Restaurador”, um pasquim da facção política. O próprio Paula Brito escreveu um boletim no dia 6 de dezembro de 1833, um dia após o ataque, no qual ele se defende da acusação de aliança com os restauradores. Neste boletim, ele reafirma sua ligação aos exaltados.

Ontem 5 do corrente, pelas 7 horas da tarde, uma porção de Brasileiros Natos, saídos dentre vós, depois de me haver tratado com detestáveis epítetos de restaurador, pretende invadir o meu domicílio e armados de paus demolir o meu Estabelecimento Tipográfico e arrancar-me a vida, pelo mero fato de haver saído um pequeno impresso (inda que legal), ao qual não tive parte alguma, e somente e pela imparcialidade que sigo de – Impressor Livre – certamente eu teria sofrido esse inesperado insulto, e minha cara esposa existira hoje em lamentável viuvez, se homens, que há anos me conhecem que sabem, que sempre segui a opinião de Verdadeiro Exaltado (partido a que tenho honra de pertencer), não os tivessem dissuadido e com boas intenções, que tenho sido sempre Brasileiro Justo. Quarteirão do Distrito da minha freguesia. É, compatriotas, no curto espaço de 24 horas que se me quer fazer passar aos olhos da Nação inteira, como infame Restaurador? Manifesta injustiça! Cruel reconhecimento! [...] A firmeza em que tenho me conservado desde o glorioso 7 de abril de 1831, é, sem dúvida digna de meu prêmio. A minha vida pública, e privada, não merecem, certamente um tratamento de tal natureza; porém, fazei o que entenderes, como exaltado firme, e escritor livre, nada receio: se julgardes criminoso meu procedimento recorrei às leis, que felizmente nos regem, e nelas encontrareis as penas, com que eu deve ser punido [...] Como homem particular nada tenho a reear. Vós sabeis, caros compatriotas, que não sou Restaurador, sou sim Brasileiro, e aquele brasileiro que no meio de vós empunhei as armas no Glorioso 7 de abril [...] Do vosso caro Patrício, Francisco de Paula Brito²⁵.

A política, aliás, era um capítulo importante da vida de Paula Brito, que era amigo do imperador D. Pedro II. Velloso mostra que o imperador deu grande apoio ao tipógrafo, quando este fundou a “Imperial Tipografia 2 de dezembro”.

Os escritores não eram os únicos no círculo de amizades de Paula Brito. Entre 1839 e 1861, figuras representativas das artes e da política circulavam em volta de Paula Brito. José Maria da Silva Paranhos (futuro

²⁵ Boletim retirado de: VIANNA. **Paula Brito, protetor de Machado de Assis** In: Revista da Sociedade dos Amigos de Machado de Assis. N° 6. Rio de Janeiro. 21/07/1961. p. 4-10.

visconde do Rio Branco), Eusébio de Queirós e Francisco Otaviano eram grandes amigos. Não demorou muito, sua tipografia despertou a atenção de D. Pedro II. Em dezembro de 1850, o imperador o apoiou na fundação da “Imperial Tipografia 2 de dezembro”, data do aniversário de D. Pedro II e também de Paula Brito. Publicado em A Marmota, o retrato “O gabinete de 6 de setembro de 1855” fez enorme sucesso. Na foto que ilustra a matéria, D. Pedro II aparece rodeado pelos seus seis ministros. A imagem, aliás, foi posta à venda na loja de Paula Brito²⁶.

5.3. Paula Brito, o Homem de Cor

“O governo não pode conter pela força os povos que já saboreiam os efeitos da liberdade”. Jornal “O Homem de Cor”.

Apesar de o jornal “O Homem de Cor” estar quase sempre relacionado a Francisco de Paula Brito, proprietário da tipografia na qual o periódico foi editado, Vianna, porém, mostra um contraponto que fora encontrado no décimo número do jornal exaltado “Indígena do Brasil”, editado em 9 de setembro de 1833. Mesmo assim, a influência de Paula Brito nos rumos do jornal não é totalmente descartada.

Poderia, realmente, ser tido O Homem de Cor como órgão dos mestiços brasileiros, e certamente o primeiro em data, caso obedecesse à orientação de seu impressor, o tipógrafo Paula Brito, principal proprietário da então Tipografia Fluminense, benemérito mulato que tanto se distinguiu na proteção dispensada a outro mulato, este de gênio, Machado de Assis. Contra essa hipótese depõe, entretanto, a informação contida no 10º número do Indígena do Brasil, onde se diz que O Homem de Cor era redigido por certo Conrado, talvez o cel. Conrado Jacob de Neimeyer, comprometido na Intentona Restauradora de 1832. É lícito supor, porém, que o tipógrafo tenha tido influência na orientação do periódico que imprimia, sendo, como era, ativo membro do Partido Exaltado. (VIANNA: 1943; 80 e 81).

Este jornal teve apenas cinco fascículos rodados quinzenalmente nos meses de setembro, outubro e novembro de 1833. Nessas cinco edições, o redator põe lado a lado um artigo da Constituição de 1824 e um discurso do presidente de Pernambuco, Manuel Zeferino dos Santos, ofício de 12 de junho de 1833.

²⁶ VELLOSO. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2029>. Acesso em 20/03/09.

Das disposições gerais e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Art. 179 § 11. Todo cidadão brasileiro pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes.

O povo do Brasil é composto de classes heterogêneas e debalde as leis intentem mistura-las ou confundi-las sempre alguma há de procurar e tender a separar-se das outras e eis um motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerosas. (ANEXO 1, p. 2).

O jornal chamava a atenção para uma proposta que quebrava a harmonia entre as classes e, portanto, dividia a nação, ao gerar a desconfiança entre governantes e governados. Estes, segundo o redator, começariam a utilizar meios astuciosos para contrapor a sede de mais poder do primeiro grupo, e, citando Conde de Maistre, chega à conclusão de que pode haver um desequilíbrio no Poder com o despotismo dos governos e a revolta dos cidadãos. A demissão do presidente de Pernambuco chega a ser pedida no jornal, pois Manuel Zeferino é tido como “promotor da anarquia e das dissensões entre as classes do Brasil”. Apesar de reconhecer as diferenças políticas, o jornal preza a unidade nacional. Para Basile (2006), naquele momento as diferenças políticas não significavam uma ruptura.

Numa época em que a política transcorria no interior de uma emergente esfera pública, buscando a conquista de uma incipiente, porém ativa, opinião pública, a imprensa tornou-se então o principal espaço desse confronto, veiculando concepções e propostas as mais diversas acerca da nação que se pretendia construir. (BASILE: 2006, 60).

Esta análise pretende mostrar como o redator do jornal “O Homem de Cor” tratava a questão da separação entre as classes proposta pelo presidente de Pernambuco, identificado como um político moderado.

É importante frisar que o redator acusa os moderados de quererem a separação entre as raças, propondo, portanto, um afastamento que não era previsto pela Constituição de 1824. Para o redator, raça e política se confundem, ou seja, a reivindicação de Manuel Zeferino dos Santos é problemática por ele ser branco e moderado e não só pelo fato de ser de uma outra classe (“raça”), a branca.

Saiba o presidente Moderado, que os exaltados e os **brancos não moderados** [grifo nosso] vivem em harmonia e nada se lhes dá de serem comandados por muitos das classes heterogêneas, e nesta luta vergonhosa a balança é em favor das raças desprezadas bem que não desprezíveis.

Azevedo chama a atenção para o fato de os exaltados poderem ser considerados todos mulatos ou negros pela forma como é escrito o texto. Neste contexto, os exaltados chamavam a atenção para os mulatos, para a miscigenação brasileira e, principalmente, para o fato de a “gente de cor” ter contribuído para a formação do país. Novamente o problema da cor passava por uma disputa política.

Em primeiro lugar podemos perceber que o termo *exaltado* designa aqueles que não são brancos, sem dúvida, “os mulatos e pretos” associados como membros da “raça desprezada”. Já os brancos, reconhecemos neles dois tipos políticos: os moderados, ou seja, os inimigos dos pretos e mulatos, tal qual “o branco Presidente” da província de Pernambuco; e os não-moderados, aqueles que se aliam ao “homem de cor” em defesa da Constituição e, portanto, da cidadania universal para os homens livres²⁷.

O partido exaltado tinha uma clara inspiração em um liberalismo radical e jacobinista, inspirado na Revolução Francesa. Eles repudiavam privilégios e títulos de nobreza, e “elevavam o homem livre de cor a um dos símbolos da nacionalidade brasileira, valorizando-o como elemento fundamental na construção de uma cidadania mestiça”. (Basile: 2006; 74).

Os termos que designam a cor ou a raça eram utilizados de diferentes formas, dependendo do contexto ou do agente social. Mulato e pardo poderiam, portanto, assumir ora a ideia de acidente (questão natural e racial), ora a de personagem da história da pátria, importante parte que ajudou a construir aquela recente nação. (LIMA: 2005). A negação da cor no jornal “O Homem de Cor” era para evitar diferenças entre as raças.

O nome do jornal “O Homem de Cor” recebeu o acréscimo, a partir da terceira edição, do conceito ‘mulato’. Para Azevedo, essa deve ter sido uma tentativa de assimilar todas as ‘raças’, já que era notadamente contrário a essas separações por cor. “A partir do terceiro número, publicado no mês seguinte, o título foi mudado para O Mulato, ou O Homem de Cor. É possível que ele tivesse querido com isso assinalar a figura do brasileiro capaz de integrar em si as “cores”, em vez de uma só cor”²⁸. Porém, essa integração não significa a inclusão dos escravos.

²⁷ AZEVEDO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n24/a13v1124.pdf>. Acesso em 10/04/2009.

²⁸ AZEVEDO. Disponível em: http://www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/exibir_opiniao.asp?codnoticias=20283. Acesso em 20/03/09.

O termo 'escravo' não é um dos que irão compor o campo semântico de 'mulato' ou 'homem de cor'. A escravidão não estava em questão. Mas antes, que no grupo dos livres não houvesse distinções. O homem de cor definia-se a partir de oposições. Contrário os 'brancos moderados', mas aliado dos 'brancos não moderados'. Não se confundia com escravos. Defendia a sua leitura dos princípios liberais da Constituição. E defende também o prestígio militar. Envolvendo-se em diferentes disputas, perscrutando possíveis mudanças legais, ofícios, circulares, procurava seu lugar na cena política. (LIMA: 2003; 55).

Quanto à escravidão, Basile (2006), mostra que, assim como os moderados, os exaltados eram a favor da abolição gradual. Alguns elementos de crítica à escravidão eram: argumentos humanitários, filosóficos iluministas e cristãos, ideias econômicas liberais, fatores sociais e morais e a razão nacional, já que, para eles, a prática escravista impedia a formação de uma nação civilizada.

6. CONCLUSÃO

A participação de Francisco de Paula Brito na vida cultural do Rio de Janeiro durante o Império ficou patente por meio das obras deixadas pelo tipógrafo e dos autores que se propuseram a escrever sobre a vida do mulato autodidata. Seu nacionalismo, seu entusiasmo com as letras e seu incentivo aos novos talentos do universo literário empolgaram políticos e literatos, que, após sua morte, prestaram homenagens em jornais e reconheceram em Paula Brito um amigo. A Sociedade Petalógica foi um marco cultural, pois congregou toda a geração romântica da época em questão. Paula Brito, com seu patriotismo, deu um ar brasileiro ao mundo das letras, ao incentivar a produção de livros e sua circulação. Porém, a relevância do mulato considerado o primeiro tipógrafo brasileiro foi esquecida com o passar dos anos.

As tipografias de Paula Brito editaram muitas revistas e jornais, seus e de outras pessoas. A revista *Marmota Fluminense*, por exemplo, é uma parte importante das obras de Paula Brito, que também compôs lundus e vários versos rimados. Ele também foi inovador ao criar revistas para o público feminino e o jornal “Limão de Cheiro”, que, segundo Eunice Gondim, foi o primeiro a falar sobre o carnaval. A família de Paula Brito também seria um capítulo interessante para estudo, por exemplo, ressaltar a figura do avô materno. Esses temas podem ser tratados.

A vida política de Paula Brito, o perfil dos participantes da Petalógica e o funcionamento de tal Sociedade e o relacionamento do tipógrafo com outros editores da época poderiam ser mais detalhados em outra oportunidade. Enfim, por tudo isso, esse trabalho é uma pequena mostra de um homem com talento e bondade que conseguiu se firmar em um contexto de preconceitos: racial, comercial e cultural. O que não foi tratado neste trabalho devido a uma delimitação clara do tema e o que poderia ser estendido são pontos a serem trabalhados em outra oportunidade de pesquisa.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTÔNIO. J. **Recordando a Petalógica** *In*: Diário do Rio de Janeiro, de 03/01/1865.

AZEVEDO, M. **Motim político de 17 de abril de 1831**. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada na respectiva Revista, tomo 38, parte II, de 1875, vol. 51. p. 129.

_____. **Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro** *In*: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, tomo 28, 3º trimestre de 1865, parte II, vol. 51. p. 194-195.

AZEVEDO, C.M.M. Disponível em:
http://www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/exibir_opinioao.asp?codnoticias=20283.
Acesso em 20/03/09.

_____. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n24/a13v1124.pdf>.
Acesso em 10/04/2009.

BAHIA, J. Fase inicial *In*: **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. 4.ed. São Paulo: editora Ática, 1990. p. 9-102.

BASILE, M. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). *In*: NEVES, L.M.B.P.; MOREL, M.; FERREIRA, T.M.B.C (org.). **História e Imprensa**: representações culturais práticas de Poder. Rio de Janeiro: D&A: Faperj, 2006. p. 60-93.

CORTIÇO, J.A.S. Poema **Logogrypho** *In*: revista Marmota Fluminense, de 04/02/1855.

ENGEMAMM, C. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX. *In*: FLORENTINO, M. (org). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FAZOLI, A. F. **O Período regencial**. São Paulo: Ática Ed., 1990. (Série Princípios).

FERRARO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13930.pdf>. Acesso em 11/06/09.

FERREIRA, R.G. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. *In*: FLORENTINO, M. (org). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FILGUEIRAS. C.A.S. Discurso na missa de 7º dia de Paula Brito publicado *In*: Diário do Rio de Janeiro, de 24/12/1861.

GONDIM, E.R. **Vida e obra de Paula Brito**. Iniciador do Movimento Editorial no Rio de Janeiro (1809-1861). Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

HALLEWELL, L. Paula Brito *In*: **O livro no Brasil**: Sua história. [trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza] 2.ed rev. E ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 151-163.

HOLANDA, Sérgio Buarque. O movimento da Independência *In*: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, 1º Volume, Livro segundo. São Paulo – Rio de Janeiro. Difel Ed., 4º ed., 1976. p. 135-262.

LIMA, I.S. Cabra gente brasileira do gentio da Guiné: imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro (1831-1833). *In*: NEVES, L.M.B.P.; MOREL, M.; FERREIRA, T.M.B.C (org.). **História e Imprensa**: representações culturais práticas de Poder. Rio de Janeiro: D&A: Faperj, 2006. p. 296- 311.

_____. As cores dos cidadãos no teatro do jornalismo: política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833. *In*: **Cores, marcas e falas – a polissemia da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 31-87.

MACHADO. Assis de. Crônica publicada *In*: O Futuro, de 01/01/1863.

_____. Crônica publicada *In*: Marmota Fluminense, de 04/02/1855.

MACHADO. Ubiratan. As livrarias e a vida literária *In*: **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 53-66.

_____. Editores e best-sellers *In*: **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 67-85.

MAMIGONIAN, B.G. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. *In*: FLORENTINO, M. (org). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS. Disponível em:

http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/MARTINS_bruno.pdf. Acesso em 10/04/09.

MATTOS, H.M.; **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOREL, M.; SOUZA, F.J. O. **O poder da Maçonaria**: A história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. (Coleção Descobrindo o Brasil).

MOREL, M.; BARROS, M.M.B. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: D&A, 2003.

OLIVEIRA. S.S. Discurso publicado *In*: Aurora Fluminense, de 10/10/1831. nº 54.

RAMINELLI, Ronald. **O mal e suas raízes** *In*: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3; nº 37. outubro de 2008.

RIBEIRO, G.S. Causa nacional e cidadania: a participação popular e a autonomia na imprensa carioca do início dos anos 1830. *In*: NEVES, L.M.B.P.; MOREL, M.; FERREIRA, T.M.B.C (org.). **História e Imprensa**: representações culturais práticas de Poder. Rio de Janeiro: D&A: Faperj, 2006. p. 113-141.

SILVA, E. Vida na Corte *In*: **Dom Oba II D'África, o Príncipe do Povo**: Vida, Tempo e Pensamento de um Homem Livre de Cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 71-92.

VELLOSO. Disponível em:

<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2029>. Acesso em 20/03/09.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 4º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: Ed. UFRJ, 2002.

VIANNA, Hélio. **A imprensa da Regência Trina Permanente** *In*: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3º trimestre de 1943. Vol. 179. p. 17-101 / Vol. 180. p. 63-114.

_____. **Paula Brito, protetor de Machado de Assis** *In*: Revista da Sociedade dos Amigos de Machado de Assis. Nº 6. Rio de Janeiro. 21/07/1961. p. 4-10.

WERNET, Augustin. **O período regencial: 1831-1840**. São Paulo: Global Ed., 1982.

8.2 Lundu da marrequinha¹

Os olhos namoradores
Da engraçada iaiásinha,
Logo me fazem lembrar
Sua bella marrequinha.
Iaiá, não teime,
Sólte a marreca
Senão eu morro,
Leva-me a breca.
Se dansando á Brasileira,
Quebra o corpo a iaiásinha,

Com ella brinca pulando
Sua bella marrequinha

Quem a vê terna e mimosa,
Pequenina e redondinha,
Não diz que conserva prêsa
Sua bella marrequinha.

Nas margens da Caqueirada
Não há só bagre e tainha:
Alli foi que ella creou
Sua bella marrequinha.

Tanto tempo sem beber...
Tão jururú... coitadinha!..
Quasi que morre de sêde
Sua bella marrequinha.

Paula Brito

¹ "Marrequinha "era um tipo de laço dado no vestido das moças do séc. XIX, usado atrás das nádegas".